

Carta Social e do Trabalho

ISSN 1980-5144

INSTITUTO DE ECONOMIA DA UNICAMP

Diretor

Mariano Francisco Laplane

Diretor Executivo do CESIT

Paulo Eduardo de Andrade Baltar

Conselho Editorial

Carlos Alonso Barbosa de Oliveira

José Carlos Braga

Márcio Percival Alves Pinto

Paulo Eduardo de Andrade Baltar

Organizador

Eduardo Fagnani

Equipe do CESIT

Alexandre Gori Maia

Amilton José Moretto

Anselmo Luis dos Santos

Carlos Alonso Barbosa de Oliveira

Cláudio Salvadori Dedecca

Davi Antunes

Denis Maracci Gimenez

Eduardo Fagnani

Eugênia Troncoso Leone

Jorge Eduardo Levi Mattoso (Licenciado)

José Dari Krein

Marcelo W. Proni

Marcio Pochmann

Marco Antônio de Oliveira (Licenciado)

Maria Alice Pestana de Aguiar Remy

Paulo Eduardo de Andrade Baltar

Sônia Tomazini

Waldir José de Quadros (Licenciado)

Walter Barelli (Licenciado)

Wilnês Henrique (Licenciada)

Apoio Administrativo

Licério Siqueira

Susete R. C. Ribeiro

Projeto Visual e Edição Eletrônica

Célia Maria Passarelli

Edição de Texto

Caia Fittipaldi

CESIT – Instituto de Economia da Unicamp

Cidade Universitária Zeferino Vaz

Caixa Postal 6135 – Cep 13.083-970

Campinas – São Paulo – SP

Tel: (19) 3788-5720 –

E-mail: <cesit@eco.unicamp.br>

<<http://www.eco.unicamp.br/cesit>>

TEMA:

POLÍTICA ECONÔMICA E MERCADO DE TRABALHO (2000/2006)

SUMÁRIO

Apresentação

Eduardo Fagnani 1

Eugenia Troncoso Leone

Paulo Baltar

Economia e Mercado de Trabalho no Brasil 5

Eugenia Troncoso Leone

Paulo Baltar

Contribuição à Previdência Social e Informalidade

do mercado de trabalho 9

Alexandre Gori Maia

Perfil do Desemprego no Brasil nos Anos 2000 15

Marcelo Weishaupt Proni

Thiago Figueiredo Fonseca Ribeiro

A Inserção do Jovem no Mercado de Trabalho Brasileiro 23

José Dari Krein

O Avanço da Contratação Flexível 33

APRESENTAÇÃO

Eduardo Fagnani
Organizador

A estratégia conservadora da política macroeconômica na primeira metade da presente década impediu que o Brasil aproveitasse melhor os bons ventos da situação internacional e intensificasse o crescimento da economia. O PIB chegou a crescer 5,7%, em 2004; mas esse sopro arrefeceu no biênio seguinte, com o recrudescimento da ortodoxia monetária, e o crescimento médio anual da economia foi ligeiramente superior a 3%. Em conseqüência, houve modesta redução na taxa de desemprego e crescimento do emprego formal, insuficientes para modificar o grave quadro vivido pelo mercado de trabalho brasileiro, sobretudo a partir do início dos anos 90.

Os artigos reunidos nesta *Carta* analisam diversos aspectos da relação entre a política econômica e o mercado de trabalho no período recente. A maior parte deles incorpora em suas análises os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD (2006), recém divulgados. Além de uma visão geral do desempenho do mercado de trabalho, são abordados temas como a surpreendente evolução do trabalho da mulher, as relações entre Previdência Social e estrutura ocupacional – dominada pela informalidade e trabalho precário –, o desemprego, a inserção do jovem no mercado de trabalho e o contínuo avanço das formas de contratação flexível.

O artigo de Eugênia Troncoso Leoni e Paulo Baltar – “*Economia e Mercado de Trabalho no Brasil*” – examina os efeitos mais recentes do desempenho da economia sobre o mercado de trabalho. Realiza, em primeiro lugar, uma descrição sucinta da situação do setor. Ressalta que a política macroeconômica, ao priorizar excessivamente o controle da inflação em 2005 e 2006, restringiu o crescimento econômico. Nesse contexto, dado o intenso crescimento da População Economicamente Ativa (PEA), não houve alterações substanciais nas condições de atividade da população, destacando-se a alta taxa de desemprego (8,4% em 2006) e elevada proporção de ocupações sem remuneração (10,7%). Todavia, destacam a continuidade da tendência – que se manifesta desde 1999 – de ligeiro aumento de participação do emprego assalariado e da maior formalização dos contratos de trabalho na absorção do aumento da população ativa.

Em segundo lugar, os autores analisam a situação da mulher neste mercado de trabalho em 2005 e 2006. Concluem que “a mulher está dando a tônica do mercado de trabalho no Brasil, ao sustentar, com sua participação mais ativa, um forte aumento da PEA”. Além disso, ressaltam que o ritmo de crescimento mais intenso para as mulheres do que para os homens, marcou as principais alterações na maneira como está sendo absorvido na ocupação aquele aumento da população ativa. Destaca-se o forte crescimento do número de mulheres em ocupações remuneradas e não-remuneradas, no emprego assalariado em estabelecimento e nos contratos formalizados deste tipo de emprego.

O segundo artigo, também de autoria de Eugênia Troncoso Leoni e Paulo Baltar – “*Contribuição à Previdência Social e Informalidade do Mercado de Trabalho*” –, delinea uma radiografia das relações entre a

estrutura do mercado de trabalho (posição na ocupação) e contribuição para a Previdência Social. Mostra-se o verdadeiro pano de fundo para que se compreenda a atual questão financeira da Previdência Social: a elevada informalidade do mercado de trabalho, problema tradicional do país, tem sido agravado pelo escasso crescimento da economia nos últimos 27 anos. Destaca-se que, em 2004, o emprego formal (empregados contratados segundo a Consolidação das Leis do Trabalho ou pelo Estatuto dos Servidores Públicos) abrangia somente 39% das pessoas ocupadas em todas as atividades econômicas do país e respondia por 79% dos contribuintes da Previdência Social. As outras posições na ocupação (emprego não-formal, trabalhador doméstico, trabalhador por conta própria, empregador e não-remunerados), que absorviam 61% das pessoas ocupadas, eram responsáveis por apenas 21% dos contribuintes da Previdência Social. Assim, a informalidade existente no mercado de trabalho é apontada como principal causa da reduzida parcela de pessoas ocupadas que contribuem para a Previdência Social. Os autores distinguem, esquematicamente, dois tipos básicos de informalidade: o primeiro e mais tradicional é aquele que expressa a incapacidade de a dinâmica da economia absorver em ocupações “produtivas” o aumento da população economicamente ativa; o segundo, mais recente, é aquele que expressa a ampliação da ilegalidade dos negócios “produtivos” e dos contratos de trabalho deles decorrentes no clima econômico, social e político criado pelo modo como o país se inseriu na globalização ao longo dos anos 90.

O fato positivo que vem ocorrendo lentamente desde 1999 é a ligeira recuperação do emprego formalizado, depois da forte compressão verificada na década de 90. O artigo ressalta que, entre 2004 e 2006, o emprego com carteira de trabalho cresceu no ritmo médio anual de 5%, enquanto o número de contribuintes da Previdência Social aumentou 5,2% ao ano. Apontam que a continuidade desta trajetória pressupõe um crescimento mais robusto da economia e um maior esforço para garantir o cumprimento das leis do trabalho.

Em suma, o artigo fornece elementos inquestionáveis de que o crescimento da economia a taxas mais expressivas representa a alternativa mais promissora para ampliar a inclusão digna via o mercado de trabalho e, ao mesmo tempo, potencializar as fontes de financiamento da Previdência Social.

O terceiro texto, de Alexandre Gori Maia – *“Perfil do desemprego no Brasil nos anos 2000”* – apresenta uma visão geral do perfil e da dinâmica do desemprego brasileiro entre 1999 e 2006. O autor conclui que a ligeira recuperação da economia no período analisado trouxe uma pequena melhora nos indicadores de desemprego; todavia, ainda permanece uma situação extrema de exclusão de parcela expressiva da PEA.

Mais especificamente, o trabalho conclui que o emprego cresceu em ritmo um pouco superior ao da PEA e a taxa de desemprego declinou muito ligeiramente. Com esse desempenho sofrível, a população desempregada continua representando parcela expressiva da PEA (11,4 milhões de pessoas em 2006), tendo ainda aumentado em 1,3 milhões de pessoas seu contingente nesse período. O autor realça que esses números camuflam situações graves de precariedade do trabalho, como o desemprego oculto pelo desalento. Como se sabe, a metodologia oficial (IBGE/PNAD) de classificação do desemprego considera como desempregado o trabalhador que estava à procura de emprego no período de uma semana anterior à pesquisa. A inobservância de um prazo maior subestima a população desempregada e obscurece a compreensão das reais dificuldades estruturais de inserção no mercado de trabalho. Note-se que os não

ocupados que procuravam por um emprego num período superior a uma semana e até um ano, representavam, em 2006, mais de 3,2 milhões de pessoas (28% do total de desempregados). Entre 1999 e 2006 cresceu em ritmo mais acelerado o número de desempregados com período de procura superior a uma semana.

Outra conclusão do trabalho é que as condições desfavoráveis para inserção no mercado de trabalho penalizam principalmente os mais jovens: a proporção das pessoas desempregadas à procura do primeiro emprego no total da população desempregada passou de 27% para 28% entre 1999 e 2006.

O desemprego de longa duração também cresceu em termos absolutos, embora sua participação no total de desempregados tenha declinado ligeiramente: ao considerar apenas a população desempregada que possuía emprego anterior, a análise revela que caiu de 42% para 40% (entre 1999 e 2006) a parcela daqueles que estão desempregados há mais de um ano – o que representa parcela expressiva da PEA.

A análise regional aponta que o desemprego concentra-se, em termos absolutos e relativos, nos pólos mais dinâmicos do país. Nas 10 principais regiões metropolitanas brasileiras estavam 42% dos desempregados em 2006. Concentração extrema ocorre no estado de São Paulo (28% do total). Entretanto, a situação mais grave ocorre nas regiões metropolitanas nordestinas, onde a taxa de desemprego corresponde a praticamente 20% da PEA.

Por final, o autor constatou que a taxa de desemprego caiu em praticamente todos os grupos definidos pela idade e escolaridade dos indivíduos. Todavia, a redução foi maior entre os adultos, evidenciando que os jovens, menos experientes, continuam encontrando consideráveis dificuldades para se inserirem no mercado de trabalho, mesmo aqueles com elevado grau de escolaridade. Note-se que apenas os adultos com 3º grau de escolaridade apresentaram taxas de desemprego inferiores a 5% em todo o período analisado. O nível superior não garante imediata colocação no mercado de trabalho, já que jovens com 3º grau de escolaridade apresentavam taxa de desemprego superior a 14% em 2006.

O tema do desemprego e da inserção dos jovens no mercado é aprofundado no quarto artigo, elaborado por Marcelo Weishaupt Proni e Thiago Figueiredo Fonseca Ribeiro – “*A Inserção do Jovem no Mercado de Trabalho Brasileiro*”. Os autores analisam as principais mudanças na inserção do jovem no mercado de trabalho nacional, entre 2002 e 2005, e traçam um paralelo entre esse contingente global e os jovens pertencentes a famílias com renda *per capita* até 1/2 salário mínimo mensal.

A primeira parte aborda essa questão para o universo do mercado de trabalho juvenil. Dentre os resultados do trabalho, destaca-se a ampliação absoluta do desemprego juvenil: de pouco menos de 3,5 milhões de jovens procurando emprego, em 2001, para quase 4,2 milhões, em 2005. A gravidade desse quadro é percebida pelo fato de que, nesse ano, um em cada cinco jovens estava procurando emprego. Ressaltam, ademais, que o desemprego juvenil assumiu uma dimensão numérica equivalente ao desemprego “adulto” (entre os trabalhadores com mais de 24 anos, em 2005, havia 4,3 milhões de desempregados). Era particularmente crítica a taxa de desemprego das pessoas entre 16 e 24 anos (mais de três vezes superior que a taxa dos trabalhadores com 25 anos ou mais, em 2005); e, especialmente, na faixa de 16 e 17 anos (maior aumento na taxa de desemprego no período).

Outro ponto a ser destacado diz respeito à inserção do jovem no mercado de trabalho. Entre 2002 e 2005, ampliou-se a participação relativa do emprego com *carteira assinada* – de 33,8% do total da ocupação, em 2002, para 36,6%, em 2005. Caiu a participação (tanto relativa quanto em números absolutos) do trabalho doméstico, com e sem carteira, representando cerca de 70% do saldo negativo no período. O mesmo é observado no caso dos ocupados sem remuneração e dos ocupados na construção para o próprio uso. Todavia, se verificou um grande aumento entre os trabalhadores para o próprio consumo. Os autores constataam que o nível de remuneração dos trabalhadores jovens era muito baixo: 83,5% ganhavam no máximo o equivalente a 2 salários mínimos (2005). O rendimento médio dos que ganhavam até 1 salário mínimo equivalia a ½ salário mínimo, o que indica a baixa qualidade do posto de trabalho ocupado por esses trabalhadores jovens.

Na segunda parte do artigo, os autores abordam a inserção no mercado de trabalho do jovem pertencente a famílias com renda *per capita* até 1/2 salário mínimo mensal. A análise revela que o desemprego afeta com mais rigor esse grupo mais vulnerável e representa uma dificuldade adicional para a família que tenta escapar da situação de pobreza. Constatam que houve uma diminuição absoluta (de 4,7 milhões para 4,6 milhões) dos jovens ocupados pertencentes a famílias pobres (entre 2002 e 2005). Em relação à posição na ocupação, esse grupo caracteriza-se pela precariedade ainda maior dos vínculos, com baixa participação do emprego formal (menos de 14% do total das ocupações em 2005). Ao contrário do observado para o conjunto dos jovens, não houve ampliação da participação relativa do emprego com carteira de trabalho entre os jovens pobres, no período, embora tenha ocorrido redução no emprego sem carteira. Segundo os autores, a predominância quase absoluta dos baixos salários – quase 100% desses jovens recebiam até 2 salários mínimos e 75% recebiam até 1 salário mínimo – ajuda a explicar por que a condição de pobreza da família não é superada pela inserção precária do jovem. E confirma a hipótese de que a inserção do jovem pobre se caracteriza pela má qualidade dos postos de trabalho, pelo peso excessivo do trabalho sem remuneração e pelos baixos valores auferidos.

Finalmente, o artigo de José Dari Klein – “*O avanço da contratação flexível*” – analisa a ampliação e diversificação das formas de contratação flexível no Brasil no período recente. A flexibilização das formas de contratação se expressa em cinco modalidades distintas: na facilidade de romper o contrato de emprego; na ampliação dos contratos por tempo determinado; no avanço da relação de emprego disfarçada; na terceirização; e, na informalidade. O autor destaca que a adoção dessas modalidades intensificou-se nos anos 90 e continuam expandindo-se na presente década, a despeito do pequeno crescimento do emprego formal. Muitas dessas formas de contratação são modalidades velhas que ganharam nova roupagem e expressão no período recente, concorrendo com o contrato de emprego padrão predominante no pós-guerra. Ressalta que, em geral, essas modalidades significam uma alternativa às implicações da relação de emprego padrão – com os seus conseqüentes direitos trabalhistas e previdenciários –, na perspectiva de reduzir os custos e/ou aumentar a liberdade do empregador na arrematação e despedida dos trabalhadores, tornando o trabalho mais inseguro e instável.

Boa leitura.

ECONOMIA E MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL

*Eugenia Troncoso Leone*¹*Paulo Baltar*²

Este ensaio examina os efeitos mais recentes do desempenho da economia sobre o mercado de trabalho brasileiro. São analisados os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD para os anos de 2004 a 2006. Realiza, em primeiro lugar, uma descrição sucinta da situação geral do mercado de trabalho brasileiro e, em seguida, focaliza a situação da mulher neste mercado de trabalho.

1 Situação geral do mercado de trabalho

Desde 2003, apesar do conservadorismo da política macroeconômica nacional, os crescimentos da economia e do comércio mundiais têm permitido ao Brasil manter a atividade econômica. O crescimento das exportações ao estimular a produção fez ampliarem-se o emprego e a renda o que junto com o endividamento das famílias provocaram aumento do consumo e do investimento, acarretando maiores importações que foram cobertas pelas exportações. O PIB chegou inclusive a crescer 5,7%, em 2004, mas a política macroeconômica excessivamente preocupada com a inflação provocou uma desaceleração, e o PIB cresceu somente 2,9% em 2005 e, 3,7% em 2006. O núcleo da política macroeconômica girou em torno da contenção da expansão monetária e da obtenção de um expressivo superávit primário visando, de um lado, um baixo preço do dólar para reprimir os custos da produção e, de outro, uma baixa atividade (para dificultar o repasse dos custos aos preços) e reajustes nominais dos salários para evitar a diminuição do seu poder de compra. O crescimento médio anual da economia nesses dois últimos anos foi de 3,3%, insuficiente para modificar o quadro geral do mercado de trabalho brasileiro, como mostra a Tabela 1.

Tabela 1

Taxas de participação, desemprego e ocupação das pessoas de 10 anos e mais conforme sexo. Brasil 2004, 2005 e 2006

Taxas	Total			Homens			Mulheres		
	2004	2005	2006	2004	2005	2006	2004	2005	2006
Participação ¹	62,0	62,9	62,4	73,2	73,6	72,9	51,6	52,9	52,6
Desemprego ²	8,9	9,3	8,4	6,8	7,1	6,4	11,7	12,2	11,0
Ocupação ³	56,5	57,0	57,2	68,2	68,3	68,2	45,6	46,4	46,8

Fonte: IBGE. PNADs (2004, 2005, 2006)

¹ Participação: (PEA/PIA) x 100² Desemprego: (Desempregados/PEA) x 100³ Ocupação: (Ocupados/PIA) x 100

¹ Professora do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e pesquisadora do Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho (Cesit).

² Professor do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho (Cesit).

A população em idade ativa (pessoas de 10 anos e mais) cresceu 2,1%, entre 2004 e 2005 e 2,2% entre 2005 e 2006.³ Já a população economicamente ativa (PEA) cresceu muito em 2005 (3,4%) e desacelerou em 2006 (1,6%). Nos dois anos, a média do crescimento da PEA foi de 2,5%, um crescimento ainda bastante intenso e explicado pela participação cada vez mais expressiva das mulheres na atividade econômica (o crescimento médio anual da PEA feminina foi de 3,2% e da masculina de 1,9%). Do aumento da PEA, nos dois últimos anos, 56% foi de mulheres e 44% de homens.

O crescimento do número de pessoas ocupadas com remuneração foi de 2,6% em 2005, e 3,3% em 2006, enquanto o número de pessoas ocupadas sem remuneração cresceu muito em 2005 e diminuiu em 2006 (Tabela 2). No conjunto dos dois anos, o número de ocupados sem remuneração cresceu na média anual de 2,2%, enquanto que os ocupados com remuneração cresceram a 2,9%. Ao comparar o crescimento dos ocupados com remuneração com o crescimento do PIB, verifica-se uma elasticidade bastante elevada, de 0,89.

Em suma, nos dois últimos anos, numa situação internacional favorável, a economia do país cresceu moderadamente e esse crescimento teve repercussões no mercado de trabalho. Mas como este mercado de trabalho se caracteriza por ainda ter intenso crescimento da PEA, o crescimento moderado da economia e suas repercussões no mercado de trabalho não chegaram a alterar substancialmente as condições de atividade da população brasileira, destacando-se uma taxa de desemprego elevada (8,4% em 2006) e uma proporção de ocupações sem remuneração (10,7%) também elevada.

Tabela 2

Varição proporcional do emprego e da ocupação conforme posições na ocupação e posse de carteira de trabalho. Brasil 05/04 e 06/05

Posição na ocupação	04/05		05/06	
Ocupados	2,95		2,56	
Sem remuneração	5,98		-3,53	
Com remuneração	2,57		3,34	
Empregados	2,75		4,31	
Com carteira	5,27	} 4,07	4,80	} 5,25
Militares e estatutários	-1,44		7,47	
Sem carteira	0,08		2,34	
Trabalhadores domésticos	2,89		1,85	
Conta própria	1,38		0,48	
Empregadores	5,86		7,98	

Fonte: IBGE. PNADs (2004, 2005, 2006).

³ Segundo o IBGE os resultados de 2005 foram revistos por ter sido constatado que os pesos utilizados originalmente para a expansão da amostra consideraram uma projeção da população para o mês anterior à data de referência da PNAD provocando uma subestimativa dos números absolutos da PNAD. Para a população total do país a diferença entre a estimativa original e a nova foi de 200.000 pessoas. Ver: www.sidra.ibge.gov.br. Acesso em 22 de setembro de 2007.

Uma modificação mais substantiva ocorreu na composição das ocupações por posição na ocupação, ou seja, na maneira como está sendo absorvida a população ativa nas ocupações com remuneração. Destacam-se dois aspectos. Em primeiro lugar, o aumento da participação do emprego assalariado em estabelecimento nas ocupações remuneradas, em detrimento das participações do trabalho por conta-própria e do trabalho no serviço doméstico remunerado. O número constituído pelo conjunto de trabalhadores por conta-própria e no serviço doméstico remunerado não chegou a diminuir, mas cresceu menos que o número de empregados assalariados em estabelecimento. Esse crescimento em 2006 foi menor que em 2005, ao contrário do que aconteceu com o emprego assalariado em estabelecimento, que cresceu mais em 2006, que em 2005. Na média dos dois anos, o emprego assalariado em estabelecimento cresceu 3,5%, enquanto o conjunto do trabalho doméstico remunerado e trabalho por conta-própria cresceu 1,3% ao ano.

Em segundo lugar, teve continuidade o aumento da formalização dos contratos de trabalho no emprego assalariado em estabelecimento. A soma dos empregados com carteira de trabalho, militares e estatutários cresceu 4,1% em 2005 e 5,2% em 2006. Já os empregados sem carteira não apresentaram aumento em 2005 e cresceram 2,3% em 2006. Na média dos dois anos, o emprego formal aumentou 4,7% e o emprego sem carteira 1,2%. Ou seja, o emprego sem carteira em estabelecimento não chegou a diminuir e até aumentou bastante em 2006, mas o emprego formal cresceu muito mais, e 89% do aumento total do emprego em estabelecimento correspondeu à ampliação do emprego formal.

Em síntese, o moderado crescimento da economia brasileira nos últimos dois anos não foi suficiente para alterar o quadro geral da condição de atividade da população do país, mas teve continuidade o aumento de participação do emprego assalariado e a maior formalização dos contratos de trabalho na absorção do aumento da população ativa, o que já vinha ocorrendo desde 1999, acentuando-se a partir de 2003.

2 As mulheres no mercado de trabalho

Nos anos considerados, o número de pessoas ocupadas sem remuneração não chegou a diminuir, senão que, pelo contrário, aumentou em média 1,1% ao ano, sendo que 95% desse aumento foi constituído de mulheres, as quais, em 2006, representaram 59,8% das ocupações sem remuneração. Mas no crescimento das ocupações com remuneração também teve uma participação muito grande a presença feminina. Os homens em ocupações com remuneração tiveram um crescimento médio de 2,3%, enquanto que entre as mulheres esse crescimento foi de 3,9%. As mulheres, em 2006, respondiam por 40,4% dos ocupados com remuneração, e 52,4% do acréscimo dos ocupados com remuneração deveu-se às mulheres (Tabela 3).

Tabela 3

Varição proporcional do emprego e da ocupação conforme posição na ocupação e posse de carteira de trabalho segundo sexo. Brasil 2005/2004 e 2006/2005

Posição na Ocupação	Homens		Mulheres	
	04/05	05/06	04/05	05/06
Ocupados	2,42	1,91	3,68	3,45
Sem remuneração	2,79	-2,46	8,21	-4,26
Com remuneração	2,39	2,28	2,84	4,95
Empregados	2,93	2,97	2,45	6,64
Com carteira	4,62	3,84	6,45	6,52
Militares e estatutários	-2,86	10,63	-0,35	5,08
Sem carteira	1,61	-0,14	-3,17	7,90
Trabalhadores domésticos	4,39	1,77	2,75	1,87
Conta própria	0,54	-0,50	3,26	2,64
Empregadores	5,11	7,81	8,14	8,35

Fonte: IBGE. PNADs (2004, 2005, 2006).

No que diz respeito ao emprego em estabelecimento, o número de homens cresceu em média 2,9% ao ano enquanto que o de mulheres cresceu ao ritmo de 4,5% ao ano. Em 2006, as mulheres participavam com 37,4% do emprego em estabelecimento e representavam 47,2% do aumento do emprego em estabelecimento nos dois últimos anos. O número de homens com emprego formal aumentou em média 4,3% ao ano e o número de mulheres, com esse tipo de emprego, 5,4% ao ano. Em 2006, as mulheres constituíam 39,6% do emprego formal e participaram com 45,7% do aumento dessa forma de emprego. Já o número de homens com emprego em estabelecimento, sem carteira de trabalho, aumentou 0,8%, mas o número de mulheres com emprego sem carteira diminuiu 3,2% entre 2004 e 2006.

A mulher está dando a tônica do mercado de trabalho no Brasil, ao sustentar, com sua participação mais ativa, um forte aumento da PEA. Além disso, o ritmo de crescimento mais intenso para as mulheres de que para os homens, marcou as principais alterações na maneira como está sendo absorvido na ocupação aquele aumento da população ativa. Destaca-se o forte crescimento das mulheres em ocupações remuneradas e não-remuneradas, no emprego assalariado em estabelecimento e nos contratos formalizados deste tipo de emprego.

CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA SOCIAL E INFORMALIDADE DO MERCADO DE TRABALHO

*Paulo Baltar*¹

*Eugenia Troncoso Leone*²

No Brasil, praticamente todos os empregados contratados segundo a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) ou pelo Estatuto dos Servidores Públicos contribuem para a Previdência Social. A proporção dos contribuintes da Previdência Social entre as pessoas com outra posição na ocupação é, porém, relativamente pequena, variando de 57% no caso dos empregadores, para somente 2% no caso dos membros das famílias que colaboram com os trabalhadores por conta-própria sem remuneração (Tabela 1).

Tabela 1
Posição na ocupação e contribuição para a Previdência Social. Brasil - 2004

Posição na Ocupação	Ocupados	Contribuem Prev. %	Contribuem Previdência
Emprego Formal	39,0	99,1	78,7
Emprego Não-formal	19,2	11,4	4,5
Trabalhador Doméstico	8,1	28,2	4,6
Trabalhador Conta-própria	23,2	14,4	6,8
Empregador	4,3	57,4	5,1
Não-remunerado	6,2	2,1	0,3
Total	100,0	49,1	100,0

Fonte: PNAD (2004).

O emprego formal (celetista e estatutário) abrange somente 39% das pessoas ocupadas em todas as atividades econômicas do país. Por esse motivo, somente 49% dessas pessoas contribuem para a Previdência Social. O emprego formal responde por 79% dos contribuintes da Previdência Social. Desta forma, as outras posições na ocupação que absorvem 61% das pessoas ocupadas são responsáveis por somente 21% dos contribuintes da Previdência Social e sua alta frequência, na absorção da população ativa brasileira, explica por que apenas metade dos ocupados em atividades econômicas contribui para a Previdência Social.

Assim, a informalidade existente no mercado de trabalho é a principal causa da reduzida parcela de pessoas ocupadas que contribuem para a Previdência Social. A informalidade no mercado de trabalho se manifesta na elevada fração de pessoas ocupadas como trabalhadores domésticos, trabalhadores por

¹ Professor do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho (Cesit).

² Professora do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e pesquisadora do Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho (Cesit).

conta-própria, empregados de estabelecimento sem carteira de trabalho, empregadores e membros da família que ajudam o trabalhador por conta-própria sem remuneração.

A questão da formalidade/informalidade no mercado de trabalho e seus impactos sobre a contribuição para a Previdência Social podem ser examinados distinguindo o sexo e a idade das pessoas ocupadas. Mesmo entre os ocupados adultos (30 a 59 anos), somente pouco mais da metade deles contribui para a Previdência Social, e esta proporção não é significativamente maior do que a observada para a população com 20 a 29 anos de idade. Esses dois contingentes de população ocupada abrangem, em conjunto, 85% da ocupação em todas as atividades econômicas do país. Os 25% restantes, que têm menos de 20 e mais de 60 anos de idade, apresentam uma proporção de contribuintes para a Previdência Social que é aproximadamente a metade da verificada entre as pessoas ocupadas com idades entre 30 e 59 anos. Não há grandes diferenças por sexo nas frações dos que contribuem para a Previdência Social controlada a faixa de idade (Tabela 2).

Tabela 2

Pessoas ocupadas e contribuição para a Previdência Social conforme idade e sexo. Brasil - 2004

Idades	Pessoas Ocupadas			Contribuem para a Previdência Social %		
	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total
10 a 14 anos	1,1	0,4	1,5	0,1	0,9	0,3
15 a 19 anos	5,2	2,9	8,1	23,0	24,6	23,6
20 a 29 anos	15,9	11,2	27,1	52,6	53,2	52,9
30 a 59 anos	33,6	24,5	58,1	54,7	53,4	54,1
60 anos e mais	3,7	1,5	5,2	27,3	24,2	26,4
Total	59,5	40,5	100,0	48,7	49,6	49,1

Fonte: PNAD (2004).

O perfil por posição na ocupação é, entretanto, diferente conforme sexo e idade. A participação do emprego formal (celetistas e estatutários) é maior entre os homens do que entre as mulheres nas faixas etárias de 20 a 29 e 30 a 59 anos. A elevada rotatividade do trabalho no próprio emprego formal acarreta, no entanto, uma constante renovação das pessoas absorvidas por este tipo de emprego, o que junto com seu reduzido aumento, nos últimos 27 anos, fez com que a participação do emprego formal entre as pessoas com 30 a 59 anos fosse menor do que entre as pessoas com 20 a 29 anos. Esta é a principal razão para que a contribuição para a Previdência Social entre as pessoas de 30 a 59 anos não seja significativamente maior do que entre as pessoas de 20 a 29 anos. A contrapartida da menor participação do emprego formal entre os adultos é a maior participação dos empregadores e dos trabalhadores por conta-própria. Estes últimos, entretanto, como se verá, apresentam, mesmo no caso dos adultos, uma contribuição para a Previdência Social que é significativamente menor do que a do emprego celetista e estatutário (Tabela 3).

Tabela 3
Contribuintes para a Previdência Social conforme posição na ocupação, idade e sexo. Brasil - 2004

Posição na Ocupação	15 a 19 anos		20 a 29 anos		30 a 59 anos		60 anos e mais	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Emprego Formal	23,2	22,3	48,3	43,9	42,5	38,6	15,5	14,2
Emprego Não-formal	44,9	32,4	27,7	20,4	16,5	11,1	14,0	8,7
Trabalhador Doméstico	1,1	23,0	0,7	17,4	0,9	18,7	1,6	14,2
Trabalhador Conta-própria	8,1	8,2	16,0	11,0	32,1	20,5	56,6	44,0
Empregador	0,3	0,3	2,2	1,4	7,3	3,6	11,4	4,9
Não-remunerado	22,4	13,8	5,1	5,9	0,7	7,5	0,9	14,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PNAD (2004).

A freqüência de contribuição para a Previdência Social aumenta com a idade das pessoas, mas a diferença, neste particular, entre o emprego formal e as demais posições na ocupação continua sendo muito grande, mesmo entre as pessoas adultas (Tabela 4). Assim, para pessoas ocupadas com 30 a 59 anos de idade, a freqüência de contribuição para a previdência social varia de 4% entre trabalhadores sem remuneração a 60% para homens e 67% para mulheres na categoria de empregadores, enquanto praticamente todos os empregados celetistas e estatutários de ambos os sexos e todas as idades, contribuem para a Previdência Social.

Tabela 4
Freqüência da contribuição para a Previdência Social conforme posição na ocupação, idade e sexo. Brasil - 2004

Posição na Ocupação	15 a 19 anos		20 a 29 anos		30 a 59 anos		60 anos e mais	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Emprego Formal	93,6	99,9	98,4	99,9	99,2	99,8	99,7	99,9
Emprego Não-formal	2,2	2,7	7,7	15,8	11,9	25,8	8,6	14,4
Trabalhador Doméstico	7,5	4,9	40,5	24,0	53,4	32,6	30,8	21,1
Trabalhador Conta-própria	1,6	1,6	9,7	9,2	17,8	15,3	10,8	7,9
Empregador	27,4	39,5	48,4	59,3	59,9	66,8	34,9	40,3
Não-remunerado	0,3	0,4	1,4	2,3	3,5	4,8	2,0	1,9

Fonte: PNAD (2004).

É particularmente baixa a freqüência de contribuição para a Previdência Social entre pessoas adultas que são empregados de estabelecimentos sem carteira de trabalho assinada pelo patrão ou trabalhadores por conta-própria. E, especialmente o trabalho por conta-própria, tem uma participação elevada na absorção da população adulta, proporcionando uma alternativa ao emprego em estabelecimentos que tem um peso menor na absorção desta população adulta (30 a 59 anos) do que na absorção da população jovem (20 a 29 anos). A maior freqüência de contribuição para a Previdência Social entre os trabalhadores domésticos adultos do que entre os empregados de estabelecimentos sem carteira e dos trabalhadores por conta-própria deve-se à proporção relativamente elevada no trabalho doméstico de adultos que são empregados com carteira de trabalho assinada.

A maioria dos adultos que não contribuem para a Previdência Social é mal remunerada. De fato, 69% desses adultos que não contribuem para a previdência social ganham menos que o equivalente a dois salários mínimos, mas 10% deles têm remuneração superior a cinco salários mínimos (Tabela 5). Desses trabalhadores relativamente bem remunerados que não contribuem para a Previdência Social quase três quartos são trabalhadores por conta-própria ou empregadores. Os adultos relativamente bem remunerados que não contribuem para a Previdência Social provavelmente dispõem de esquemas privados para garantir a aposentadoria e simplesmente evitam a contribuição para o fundo comum da Previdência Social, enquanto que os mal remunerados simplesmente não têm condições para arcar com os encargos associados a esta contribuição.

Tabela 5

Pessoas de 30 a 59 anos ocupadas que não contribuem para a Previdência Social segundo remuneração e posição na ocupação. Brasil - 2004

Faixas de salário mínimo/hora	Não Formal	Trab. Domést.	Conta Própria	Empregador	Total
menos de 1	11,0	5,8	18,9	0,5	36,2
de 1 a menos de 2	10,4	5,0	16,3	1,0	32,7
de 2 a menos de 3	3,2	1,6	7,6	0,9	13,3
de 3 a menos de 5	1,6	0,6	5,0	1,0	8,2
de 5 a menos de 10	1,0	0,1	3,2	1,0	5,3
10 e mais	0,9	0,1	2,5	0,8	4,3
Total	28,1	13,2	53,5	5,2	100,0

Fonte: PNAD (2004).

Como foi visto, a maioria dos adultos que não contribuem para a Previdência Social foi excluída do emprego formal e é muito mal remunerada. Somente uma minoria desses adultos sem emprego formal pôde aproveitar as oportunidades para estabelecer negócio próprio relativamente bem remunerado e uma parcela destes últimos evitou contribuir para a Previdência Social. Isto é particularmente verdadeiro no caso dos trabalhadores por conta-própria, entre os quais 58% dos que ganham mais de cinco salários mínimos não contribui para a Previdência Social. Já entre os empregadores adultos ganhando mais que cinco salários mínimos a proporção dos que não contribuem para a Previdência Social é 25% e entre os empregados sem carteira de trabalho nesta mesma faixa de remuneração (um número menor do que a metade dos de trabalhadores por conta-própria e empregadores) a proporção dos que não contribuem é 53%.

Em síntese, no Brasil é elevada a proporção de pessoas ocupadas que não contribuem para a Previdência Social. Este fenômeno reflete basicamente a informalidade que caracteriza o mercado de trabalho no país, manifesto na importância relativa do trabalho doméstico remunerado, do emprego de estabelecimento sem carteira de trabalho, do trabalho por conta-própria e do trabalho sem remuneração. Trata-se de um problema tradicional do país, mas tem sido agravado pelo escasso crescimento da economia nos últimos 27 anos que ampliou substancialmente a informalidade do mercado de trabalho. Essa ampliação da informalidade do trabalho atingiu pessoas de todas as idades, mas o perfil da informalidade é bastante diferente entre os jovens e os adultos. Entre os jovens a principal alternativa ao emprego formal em

estabelecimento é o trabalho doméstico remunerado, o trabalho sem remuneração e o emprego em estabelecimento sem carteira de trabalho. Para o adulto, o trabalho por conta-própria e a posição de empregador têm importância relativa maior como alternativa para o emprego formal. A remuneração do trabalho do adulto é maior do que a do jovem, mas não é maior a proporção de adultos que contribui para a Previdência Social. O aumento da frequência na contribuição para a Previdência Social pressupõe uma maior formalização do mercado de trabalho e esta, por sua vez, requer simultaneamente um crescimento mais intenso da economia que amplie a proporção de emprego assalariado em estabelecimento e uma maior fiscalização do cumprimento da legislação trabalhista que obriga à formalização dos contratos de trabalho e à contribuição para a Previdência Social.

Desde 1999, apesar do lento crescimento da economia, vem recuperando-se o emprego formalizado, depois da forte compressão verificada na década de 90 com a abertura da economia e a forte entrada de capital. O PIB cresceu no ritmo anual de 3,0%, provocando um aumento do número de pessoas ocupadas em todas as atividades econômicas de 3,7% ao ano, sendo que o emprego formal cresceu a 5,4% e o conjunto de todas as outras posições na ocupação 2,6%. Em cinco anos, a participação do emprego formal na ocupação total aumentou de 35,8% para 39,0% e de todo o aumento no número de pessoas ocupadas 54,8% correspondeu a empregos formais e 45,2% a todas as demais posições na ocupação.

Esquemáticamente é possível distinguir dois tipos básicos de informalidade: o primeiro e mais tradicional é aquele que expressa a incapacidade de a dinâmica da economia absorver em ocupações “produtivas” o aumento da população economicamente ativa proporcionando à população ativa redundante possibilidades de ocupação que refletem simples estratégias de sobrevivência através, sobretudo, da prestação de serviços a pessoas e famílias com poder de compra para adquiri-los; o segundo tipo de informalidade, mais recente, é aquele que expressa a ampliação da ilegalidade dos negócios “produtivos” e dos contratos de trabalho deles decorrentes no clima econômico, social e político criado pela forma como o país se inseriu na globalização ao longo dos anos 90, e que envolveu uma abrupta retirada do intervencionismo do Estado na economia.

Os dois tipos de informalidade aumentaram na década de 90, mas a ligeira reversão deste processo, depois de 1999, tem a ver basicamente com a redução da informalidade associada à ilegalidade. A estratégia conservadora da política macroeconômica destacou o elevado nível das taxas de juros e a repetição de sucessivos superávits primários obtidos através do aumento da carga tributária e da redução dos investimentos públicos. Essa estratégia impediu que o país pudesse aproveitar melhor a oportunidade de intensificar o crescimento da economia com a situação internacional favorável que vem prevalecendo desde 2003. A contenção do crescimento do PIB impediu uma maior absorção “produtiva” do aumento da população ativa, mas a necessidade de repetir o superávit primário resultou em aperfeiçoamento da fiscalização do cumprimento da lei pelos negócios, com implicações favoráveis para a legalidade dos contratos de trabalho, beneficiando o crescimento do emprego formal.

A formalização dos contratos de trabalho resultou em acelerado crescimento do número de contribuintes da Previdência Social. Assim, entre 2004 e 2006, o emprego com carteira de trabalho cresceu no ritmo médio anual de 5%, enquanto o número de contribuintes da Previdência Social aumentou 5,2% ao ano. Esses resultados refletem o fato de que contribuem para a Previdência Social basicamente os

empregadores que formalizam os contratos de trabalho e seus empregados com contrato protegido pela legislação.

A simples formalização das relações de trabalho pré-existentes reforçou o crescimento do emprego formal. A continuidade deste intenso crescimento do emprego formal pressupõe um crescimento mais intenso da economia e um maior esforço para garantir o cumprimento das leis do trabalho. Se fossem repetidos os mesmos crescimentos da ocupação total e do emprego formal por mais uma década, a participação do emprego formal na ocupação total aumentaria de 39,0% para 45,9% e, do aumento do número de pessoas ocupadas, 61,6% corresponderia a empregos formais e 38,4% a todas as demais posições na ocupação, reforçando expressivamente a contribuição para a Previdência Social. Este resultado, entretanto, depende de um crescimento mais robusto da economia e de um esforço mais rigoroso para garantir o cumprimento das leis do trabalho.

PERFIL DO DESEMPREGO NO BRASIL NOS ANOS 2000

*Alexandre Gori Maia*¹**Introdução**

A baixa qualidade e quantidade de emprego gerado pela economia nos últimos anos são dois fatores fundamentais para compreender o elevado grau de pobreza e desigualdade da população brasileira. Após um longo período combinando alta inflação, baixo crescimento econômico e inúmeras tentativas frustradas de estabilização da economia, o plano real de 1994 criou a falsa expectativa da retomada da trajetória de crescimento e geração de emprego no país, mas os resultados ficaram muito aquém do esperado. A inflação refreou mas o desemprego passou a ser o novo vilão da economia. Entre 1995 e 2006, o PIB real brasileiro cresceu a modestas taxas de 2,5% a.a., valor equivalente aos 2,5% a.a. de crescimento da PEA brasileira no mesmo período, mantendo a baixa qualidade e quantidade dos empregos gerados no país (Maia, 2007).

O baixo crescimento econômico da década de 90, aliado à liberalização comercial, financeira, racionalização e modernização da estrutura produtiva repercutiram no nível de emprego e afetaram os setores mais estruturados e organizados da economia. Reduziu a criação de novos postos no mercado de trabalho e cresceu assustadoramente o desemprego, diversas formas de trabalho temporário, parcial, precário, terceirizado, subcontratado, vinculado à economia informal e ao setor de serviços (Antunes, 2000).

Com a desvalorização do real em 1999 e a retomada do crescimento da economia mundial em 2003, o mercado de trabalho brasileiro deu ligeiros suspiros de recuperação no começo dos anos 2000. Segundo Baltar; Krein e Moretto (2006), entre 2002 e 2004 houve um aumento razoável da ocupação não-agrícola, destacando-se a maior formalização do emprego em estabelecimentos, incentivada por um melhor posicionamento do Estado com relação ao cumprimento das leis do trabalho.

Para verificar em que medida esta ligeira recuperação da economia nos anos 2000 repercutiu na dinâmica e na estrutura do desemprego do país, este ensaiou propõe-se a analisar a evolução e as principais características da população desempregada no Brasil entre os anos de 1999 a 2006. Serão utilizadas informações das bases de microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).²

¹ Pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho. Pós-doutorando do *Tereza Lozano Long Institute of Latin American Studies at the University of Texas at Austin*.

² A PNAD não foi aplicada no ano de 2000 para realização do Censo Demográfico.

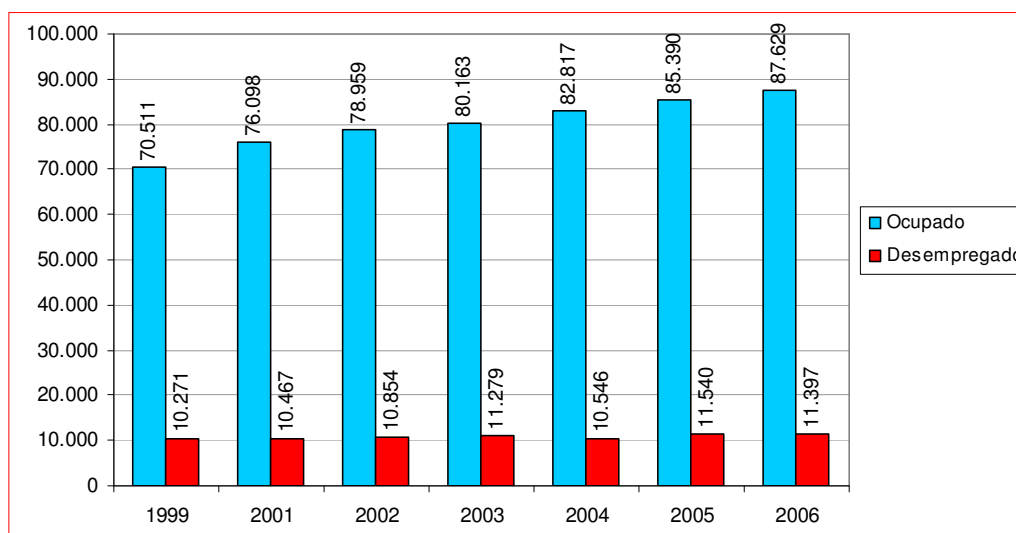
Para viabilizar a comparabilidade da série histórica, excluíram-se os residentes das áreas rurais dos estados de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá³. Consideraram-se como ocupados os indivíduos com 10 anos ou mais de idade que tinham trabalho remunerado na semana ou que exerciam trabalho não remunerado em pelo menos 1 hora na semana. Como desempregados, consideraram-se aqueles indivíduos com 10 anos ou mais de idade que não estavam ocupados na semana, mas que, em um período de 12 meses, estavam à procura de trabalho.

Resumo dos resultados

Pode-se dizer que a recuperação da economia mundial e a ligeira melhora da economia brasileira no início dos anos 2000 atenuou de forma inexpressiva os elevados índices de precariedade do mercado de trabalho brasileiro.

Na primeira metade dos anos 2000 o emprego cresceu em ritmo mais acelerado que o da população economicamente ativa e a taxa de desemprego caiu de 12,7% para 11,5% (Figura 1). A população desempregada continua, entretanto, representando parcela expressiva da população economicamente ativa (11,4 milhões de pessoas em 2006), tendo ainda aumentado em 1,3 milhões de pessoas seu contingente entre os anos de 1999 e 2006.

Figura 1
População economicamente ativa (1.000 pessoas) segundo condição de atividade – Brasil 1999 a 2006¹



Fonte: PNAD, microdados, IBGE.

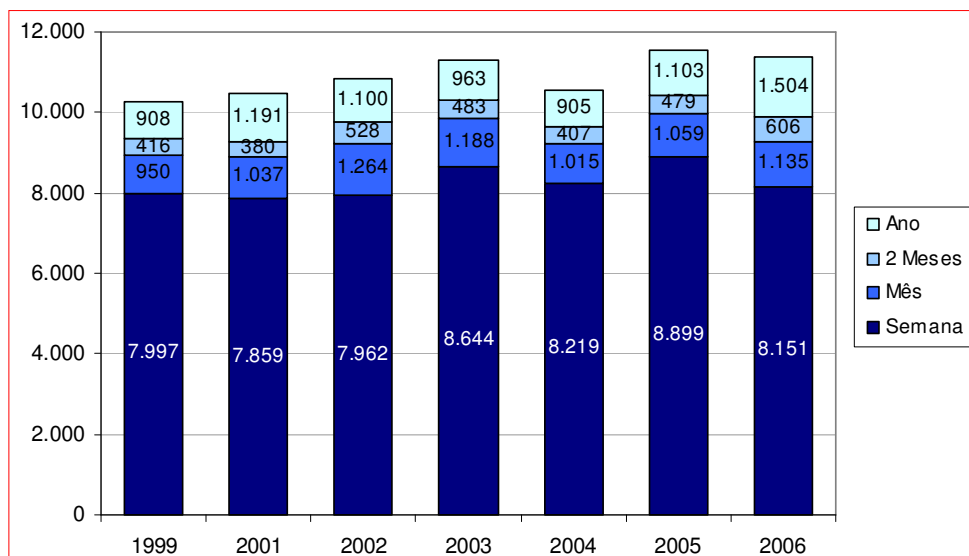
¹ Exclusive áreas rurais dos estados de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

³ Somente a partir de 2004 a PNAD passou a abranger todo o território brasileiro sendo que, até então, não abrangia as áreas rurais dos estados de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. Estes representavam, em 2000, menos de 2% da população total brasileira.

A metodologia de classificação do desemprego pode ainda ocultar situações graves de precariedade do trabalho, como o desemprego oculto pelo desalento. O crescimento do desemprego de longa duração e o número de trabalhadores desencorajados a procurar trabalho por considerarem inexistentes as oportunidades exige uma maior abrangência para o prazo de procura por empregos. Tais recomendações se fazem ainda mais necessárias quando os meios convencionais de procura de emprego são insuficientes, o mercado de trabalho for desorganizado ou quando há uma absorção insuficiente da mão-de-obra (Hoffmann; Brandão, 1996).

A PNAD permite atualmente identificar o desemprego segundo quatro períodos de procura pelo emprego: uma semana, um mês, dois meses e um ano. Embora o período de uma semana seja utilizado oficialmente pelas estatísticas do IBGE, a desconsideração de um prazo maior de procura por emprego sujeita a análise a uma substancial subestimação da população desempregada, pois obscurece as dificuldades estruturais de inserção no mercado de trabalho. Os não ocupados que não procuraram emprego na semana, mas que procuraram num período de até 1 ano, representavam, em 2006, mais de 3,2 milhões de pessoas, ou 28% do total de desempregados. O crescimento absoluto do desemprego entre 1999 e 2006 se deu, ainda, sobretudo sobre aqueles com prazo de procura superior a 1 semana, o que sugere a crescente relevância do desalento na procura pelo emprego.

Figura 2
População desempregada (1.000 pessoas) segundo tempo de procura por emprego – Brasil 1999 a 2006¹

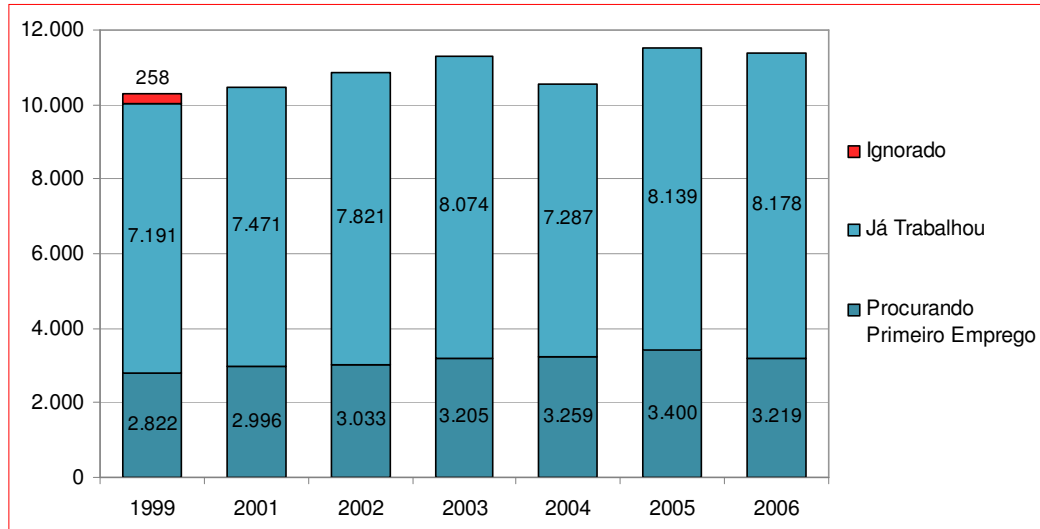


Fonte: PNAD, microdados, IBGE.

¹ Exclusive áreas rurais dos estados de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

As condições desfavoráveis para inserção no mercado de trabalho penalizam principalmente os menos qualificados e este comportamento continuou sendo observado nos anos 2000. Após crescer sensivelmente até 2005, em 2006 reduziu em 5% o número de pessoas à procura do primeiro emprego. Mas, no cômputo geral, a proporção destes no conjunto da população desempregada passou de 27% para 28% entre 1999 e 2006.

Figura 3
População desempregada (1.000 pessoas) segundo condição anterior – Brasil 1999 a 2006¹

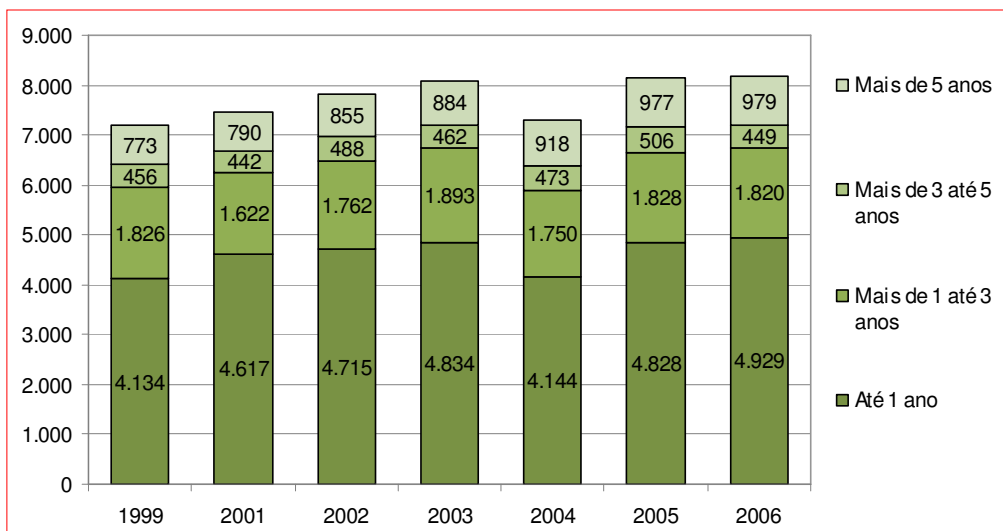


Fonte: PNAD, microdados, IBGE.

¹ Exclusive áreas rurais dos estados de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

O desemprego de longa duração também cresceu em termos absolutos, embora reduzira sua participação no conjunto de desempregados do país. Se considerado apenas a população desempregada que possuía emprego anterior, entre 1999 e 2006 caiu de 42% para 40% a parcela daqueles que estão desempregados há mais de um ano (Figura 4). Continua, entretanto, representando uma parcela expressiva da população e caracteriza a deficiência do mercado de trabalho em absorver seu excedente de mão-de-obra.

Figura 4
População desempregada com emprego anterior (1.000 pessoas) segundo tempo de desemprego – Brasil 1999 a 2006¹



Fonte: PNAD, microdados, IBGE.

¹ Exclusive áreas rurais dos estados de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

O desemprego concentra-se em termos absolutos e relativos nos pólos mais dinâmicos do país (Tabela 1). Nas 10 principais regiões metropolitanas brasileiras⁴ estão 4,8 dos 11,4 milhões de desempregados do país em 2006 (42%) e a taxa de desemprego é 5 pontos percentuais superior às das demais localidades do país (15% contra 10%).

Concentração extrema ocorre no estado de São Paulo onde, com 2,9 milhões de desempregados em 2006, estavam 28% dos desempregados do país. Além de ser o estado mais dinâmico e populoso (41,2 milhões de habitantes em 2006 ou 22% da população brasileira), São Paulo apresenta também a maior taxa de desemprego em relação às grandes regiões (13% em 2006). Em São Paulo, o desemprego é elevado tanto na sua principal região metropolitana (15% em 2006) quanto nas demais localidades (11% em 2006).

Entretanto, a situação mais grave ocorre nas regiões metropolitanas nordestinas, onde a taxa de desemprego corresponde a praticamente um quinto da população economicamente ativa e reflete o alto índice de pobreza e exclusão de sua população.

Tabela 1
Taxa de desemprego (%) segundo faixa etária e grau de escolaridade – Brasil 1999 a 2006¹

Grande Região	1999			2006		
	Desempregados		TD (%)	Desempregados		TD (%)
	Pessoas (1.000)	% Total		Pessoas (1.000)	% Total	
Brasil	10.271	100,0	12,7	11.397	100,0	11,5
Regiões Metropolitanas	4.290	41,8	16,9	4.753	41,7	14,9
Demais Localidades	5.981	58,2	10,8	6.643	58,3	9,9
Norte	598	5,8	15,4	700	6,1	12,3
Região Metropolitana ²	98	0,9	20,4	176	1,5	17,0
Demais Localidades	500	4,9	14,7	524	4,6	11,2
Nordeste	2.468	24,0	11,0	3.235	28,4	12,1
Região Metropolitana ³	807	7,9	18,6	1.085	9,5	19,5
Demais Localidades	1.661	16,2	9,2	2.150	18,9	10,2
Sudeste – SP	2.140	20,8	12,5	2.437	21,4	11,6
Região Metropolitana ⁴	1.041	10,1	14,4	1.241	10,9	14,0
Demais Localidades	1.099	10,7	11,2	1.196	10,5	9,9
São Paulo	2.846	27,7	15,5	2.893	25,4	12,8
Região Metropolitana	1.720	16,7	19,0	1.619	14,2	14,7
Demais Localidades	1.125	11,0	12,0	1.274	11,2	10,9
Sul	1.457	14,2	11,1	1.326	11,6	8,4
Região Metropolitana ⁵	434	4,2	13,6	435	3,8	10,7
Demais Localidades	1.023	10,0	10,3	891	7,8	7,6
Centro-Oeste	763	7,4	13,1	805	7,1	11,2
Região Metropolitana ⁶	191	1,9	18,4	196	1,7	15,1
Demais Localidades	572	5,6	11,9	609	5,3	10,3

Fonte: PNAD, microdados, IBGE.

¹ Exclusive áreas rurais dos estados de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

² Belém; ³ Fortaleza, Recife e Salvador; ⁴ Belo Horizonte e Rio de Janeiro; ⁵ Curitiba e Porto Alegre; ⁶ Brasília.

⁴ Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Porto Alegre e Brasília.

O crescimento do desemprego foi ligeiramente inferior nas regiões metropolitanas em relação às demais localidades. Na região metropolitana de São Paulo, por exemplo, o número de desempregados diminuiu em 101 mil pessoas e a taxa de desemprego caiu 4,3 pontos percentuais entre 1999 e 2006. No caso nordestino, por outro lado, a situação ficou ainda mais dramática, aumentando em 767 mil o número de desempregados e em 1,2 ponto percentual a taxa de desemprego.

Após uma rápida análise das principais dimensões do desemprego e de sua distribuição no território nacional, pretende-se agora identificar sua distribuição entre alguns dos principais grupos sociais da população. Embora em uma dimensão limitada, a Figura 5 esboça a evolução do desemprego entre alguns grupos definidos por uma combinação de dois dos principais determinantes da qualidade da força de trabalho (Henrique, 2000): escolaridade e experiência profissional. Definiram-se 6 grupos a partir da combinação entre 3 níveis de escolaridade (1º grau: 0 a 8 anos de estudo; 2º grau: 9 a 11 anos de estudo; 3º grau: 12 anos ou mais de estudo) e 2 faixas etárias como *proxy* da experiência profissional (Jovem: 12 a 29 anos; Adulto: 30 anos ou mais)⁵.

O que se pode observar é que a distribuição do desemprego é desigual e apresenta elevados índices em praticamente todos os grupos sociais. Apenas os adultos com 3º grau de escolaridade apresentaram taxas de desemprego inferiores a 5% em todo o período analisado. Entretanto, o nível superior não garante imediata colocação no mercado de trabalho, já que jovens com 3º grau de escolaridade apresentavam taxa de desemprego superior a 14% em 2006.

A idade apresenta uma relação negativa com a taxa de desemprego, o que se explica pelo fato de que os adultos têm, usualmente, mais experiência profissional e mais facilidade para se inserirem no mercado de trabalho que os jovens, bem como pelo fato de que o custo do desemprego para os adultos tende a ser maior que para os jovens, já que é maior a probabilidade desses serem os responsáveis pelas suas famílias.

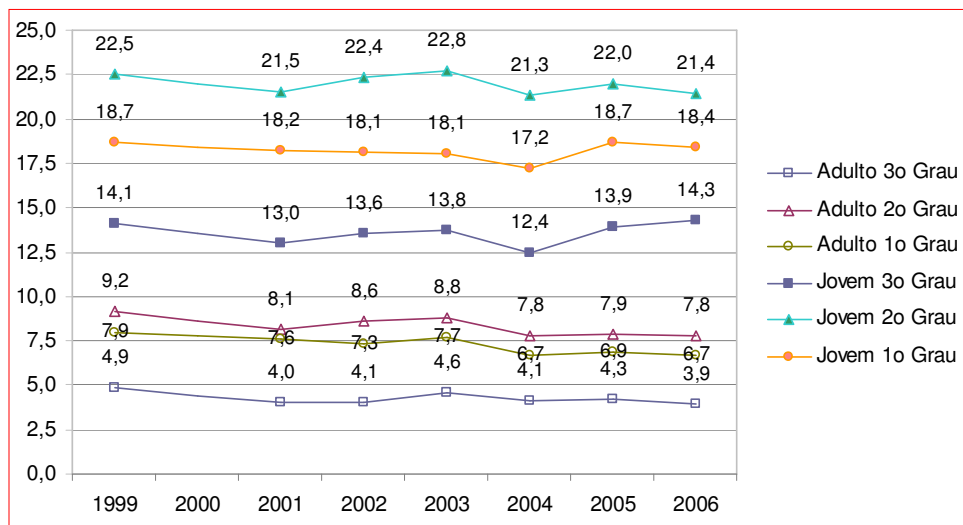
A taxa de desemprego apresenta ainda uma relação de “U” invertido com a escolaridade, ou seja, cresce do primeiro para o segundo grau e, do segundo para o terceiro, cai. Esse fenômeno estaria associado ao fato de que a duração do desemprego cresce com o nível educacional, fazendo com que a magnitude do desemprego entre aqueles com baixa escolaridade seja inferior à daqueles com segundo grau, apesar da menor probabilidade destes últimos entrarem em situação de desemprego (BARROS et al., 1997).

Entre 1999 e 2006 reduziu tenuemente a taxa de desemprego em praticamente todos os grupos sociais e aumentou entre os jovens com 3º grau de escolaridade. Mantém-se, todavia, o extremo quadro de vulnerabilidade entre os jovens, principalmente entre aqueles menos qualificados. A redução da taxa de desemprego foi maior entre os adultos, o que poderia ser justificado pela redução do tempo de desemprego observado no mesmo período (Figura 5), ou seja, os adultos estariam encontrando menos dificuldades para se recolocarem no mercado de trabalho após ficarem desempregados. Recomenda-se, entretanto, um estudo mais apurado das relações entre os grupos sociais e as diversas dimensões do desemprego, bem

⁵ O uso da idade do ocupado como *proxy* da experiência profissional justifica-se pela ausência de informações específicas sobre essa característica no questionário da PNAD.

como da qualidade dos novos postos de trabalho dos desempregados que tinham trabalho anterior, que não será objetivo deste presente ensaio.

Figura 5
Taxa de desemprego (%) segundo faixa etária e grau de escolaridade – Brasil 1999 a 2006 ¹



Fonte: PNAD, microdados, IBGE.

¹ Exclusive áreas rurais dos estados de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Considerações finais

Este trabalho apresentou uma breve panorâmica do perfil e dinâmica do desemprego brasileiro nos anos 2000. O objetivo central foi verificar se a ligeira recuperação da economia nos anos 2000 teve algum impacto sobre as características e tendências do desemprego no Brasil.

De maneira geral, observou-se uma ligeira melhora nos indicadores de desemprego do país, mais ainda permanece uma situação extrema de exclusão de parcela expressiva da população economicamente ativa. Cresceu em ritmo mais acelerado o número de desempregados com período de procura superior a 1 semana e aqueles a procura do primeiro emprego. Por outro lado, reduziu ligeiramente o tempo de desemprego, o que indica uma pequena melhora na probabilidade daqueles que já trabalharam encontrarem uma nova posição no mercado de trabalho.

A análise regional evidenciou uma maior redução da taxa de desemprego nos pólos mais dinâmicos do país, embora permaneça ainda uma extrema concentração do número de desempregados nas regiões metropolitanas e, em especial, no estado de São Paulo. A região Nordeste, que já apresentava situação extrema em 1999, ficou em posição ainda mais dramática com o expressivo crescimento do número e da taxa de desemprego entre 1999 e 2006.

Por final, constatou-se que a taxa de desemprego caiu em praticamente todos os grupos definidos pela idade e escolaridade dos indivíduos, uma *proxy* para a qualificação da mão de obra. A redução foi

maior entre os adultos, evidenciando que os jovens, menos experientes, continuam apresentando consideráveis dificuldades para se inserirem no mercado de trabalho, mesmo aqueles com elevado grau de escolaridade.

Bibliografia

ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.

BALTAR, P.; KREIN, J. D.; MORETTO, A. O emprego formal nos anos recentes. *Carta Social e do Trabalho*, Campinas: Unicamp. IE. Centro de Estudos de Economia Sindical e do Trabalho, n. 3, 2006. Disponível em: http://www.eco.unicamp.br/cesit/boletim/Versao_Integral7.pdf

BARROS, R. P.; CAMARGO, J. M.; MENDONÇA, R. *A estrutura do desemprego no Brasil*. Rio de Janeiro: Ipea, 1997. (Texto para Discussão, n. 478).

CHAAD, J. P. Z. Tendências recentes no mercado de trabalho: pesquisa de emprego e desemprego. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 17, n. 3-4, jul./dez. 2003.

DEDECCA, C. S. *Desemprego e regulação no Brasil hoje*. Campinas: Unicamp. IE. Centro de Estudos de Economia Sindical e do Trabalho, 1996. (Cadernos do Cesit, n. 20).

HENRIQUE, R. (Org.). *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: Ipea, 2000.

HOFFMANN, M. P.; BRANDÃO, S. M. C. Medição de emprego: recomendações da OIT e práticas nacionais. Campinas: Unicamp. IE. Centro de Estudos de Economia Sindical e do Trabalho, 1996. (Cadernos do Cesit, n. 22).

MAIA, A. Classe sócio-ocupacionais e mercado de trabalho no Brasil: uma análise para o período 1981 a 2005. In: ENCONTRO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGIA DEL TRABAJO, Montevideu, 2007.

A INSERÇÃO DO JOVEM NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO

*Marcelo Weishaupt Proni*¹
*Thiago Figueiredo Fonseca Ribeiro*²

A questão da inserção do jovem no mercado de trabalho ganha relevância durante a década de 1990 em função das mudanças ocorridas na condução geral das políticas macroeconômicas e da reestruturação produtiva desregulada, que produziram impactos negativos sobre a produção e o emprego nacional (Pochmann, 2006). Agravaram-se os antigos problemas que afetavam o mercado de trabalho nacional, em especial pela elevação das formas precárias de inserção, e adicionaram-se novos problemas com a duplicação das taxas de desemprego aberto e o aumento do tempo de procura por um posto de trabalho.

Embora os efeitos nefastos da abertura comercial e financeira, das elevadas taxas de juros, do câmbio valorizado (até 1999) e da reestruturação produtiva das grandes empresas tenham afetado transversalmente o mercado de trabalho nacional, alguns grupos foram mais afetados pela desaceleração da economia, pela destruição ou geração insuficiente de empregos, pela terceirização de funções e pela ampliação das formas precárias de inserção ocupacional.

Em função do baixo dinamismo econômico, os jovens – que normalmente se encontram em desvantagem na concorrência com os trabalhadores mais velhos pela maioria das vagas existentes – tiveram sua inserção dificultada pela insuficiência geral de oportunidades de emprego, que empurrou a parcela mais vulnerável dos trabalhadores com idade superior a 24 anos para as ocupações historicamente preenchidas por trabalhadores mais novos.

O problema ocupacional da juventude, no Brasil, ganha contornos mais graves do que em países desenvolvidos em função das imensas desigualdades sociais herdadas de um desenvolvimento capitalista selvagem que criou obstáculos difíceis de serem transpostos, especialmente para os jovens oriundos de famílias situadas na base da distribuição da renda nacional (OIT, 2001). Embora seja correto dizer que atualmente o conjunto dos jovens encontra-se em dificuldade para se inserir no mercado de trabalho, é preciso ressaltar que grupos com características específicas (jovens oriundos de famílias pobres, de baixa escolaridade, negros e do sexo feminino, especialmente quando residentes em grandes centros urbanos) são mais penalizados e acabam excluídos das oportunidades de emprego regular, condenados a viver à margem da sociedade, numa luta diária pela sobrevivência e sem perspectiva de obter uma vida digna.

Em vista disso, já no final da década de 1990, desenham-se políticas para auxiliar a inclusão dos jovens, que embora se configurem em iniciativas isoladas e de baixo alcance nas esferas estaduais e municipais, ganham visibilidade e espaço nas agendas de governo. Mas, é somente em 2002, com a criação do *Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego do Jovem – PNPE*, do MTE, que se articula uma primeira iniciativa nacional de combate ao desemprego juvenil, na perspectiva de inclusão do jovem carente.

¹ Professor do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho (Cesit).

² Mestrando em Desenvolvimento Econômico, na área de Economia Social e do Trabalho – Instituto de Economia da Unicamp.

Note-se que, após 1999, com a desvalorização do Real e a adoção do regime de câmbio flutuante, inicia-se um processo de recuperação de alguns ramos industriais, em particular aqueles mais voltados à exportação. É certo que somente após 2003 (com o aquecimento do comércio internacional e o aumento dos preços de alguns produtos de exportação) os efeitos mais favoráveis da mudança no regime cambial repercutiram no conjunto da economia, assim como no nível de emprego e, de forma defasada, nos rendimentos do trabalho. Como apontam Baltar; Krein e Moretto (2006), verificou-se uma ligeira inflexão da tendência mais geral do mercado de trabalho a partir de 2004, período em que se constata modificação da elasticidade do emprego/PIB, estabilização das taxas de desemprego (mesmo com aumento das taxas de participação) e ampliação mais que proporcional da formalização de vínculos empregatícios.

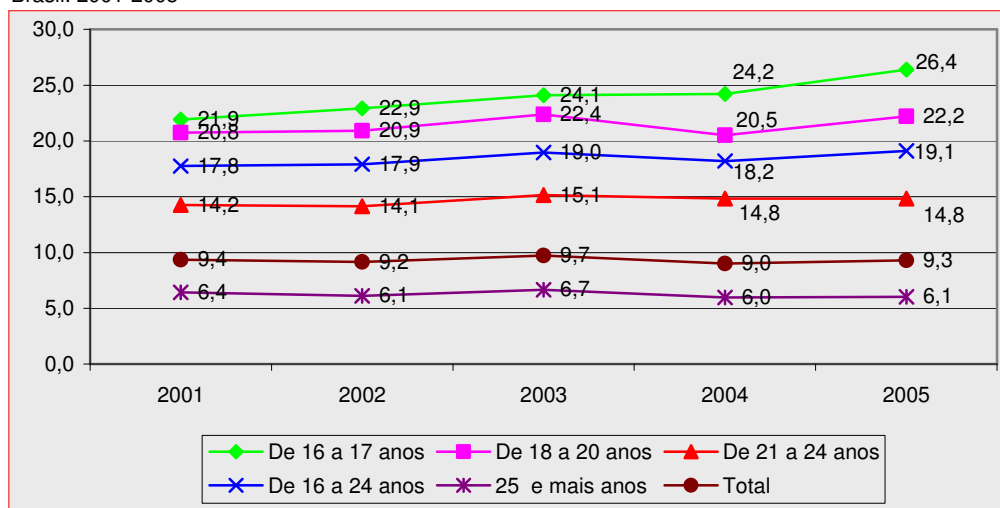
Contudo, mesmo com a melhoria observada, as chances de encontrar uma ocupação não aumentaram para os jovens. Persistiram alguns obstáculos para a geração dos postos de trabalho necessários para a incorporação dos jovens economicamente ativos. A pressão sobre o orçamento familiar, de um lado, e o apelo ao consumo, de outro, parecem ter estimulado uma parcela maior de jovens a sair da inatividade e buscar uma ocupação, elevando as taxas de desemprego aberto deste grupo etário, num período de certa estabilidade nas taxas de desemprego de trabalhadores com idade superior a 24 anos.

Tendo em vista a importância de entender melhor as possibilidades de situação ocupacional dos jovens, busca-se analisar as principais mudanças na inserção do jovem no mercado de trabalho nacional, entre 2002 e 2005, separando-os por faixas etárias e priorizando a situação dos jovens oriundos de famílias com renda *per capita* de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo, alvo das políticas públicas atualmente implementadas.

1 O desemprego juvenil na primeira metade da década atual

Na primeira metade da década atual, registrou-se um aumento no desemprego juvenil: eram pouco menos de 3,5 milhões de jovens procurando emprego em 2001; quase 4,2 milhões em 2005. De fato, o desemprego juvenil assumiu uma dimensão numérica equivalente ao desemprego “adulto” (entre os trabalhadores com mais de 24 anos, em 2005, havia 4,3 milhões de desempregados).

Gráfico 1
Taxa de desemprego aberto por faixa etária
Brasil: 2001-2005



Fonte: PNAD/IBGE (2001-2005). Elaboração dos autores.

No Gráfico 1, verifica-se que a taxa de desemprego das pessoas entre 16 e 24 anos era mais de três vezes superior do que a taxa dos trabalhadores com 25 anos ou mais, em 2005. E observa-se que a procura por emprego era proporcionalmente maior entre os jovens de 16 e 17 anos (maior aumento na taxa de desemprego no período) e menor entre trabalhadores de 21 a 24 anos – ou seja: 26,4% contra 14,8%, respectivamente. Mas, o significado do desemprego é diferente, quando se comparam diferentes grupos etários: por exemplo, cerca de 50% dos jovens com mais de 20 anos eram chefes de família ou cônjuges, em 2005.

O fato de um em cada cinco jovens economicamente ativos estar procurando emprego, em 2005, já é uma informação preocupante. Contudo, o desemprego afeta com mais rigor os trabalhadores jovens mais vulneráveis, isto é, os pertencentes a famílias com renda *per capita* até 0,5 salário mínimo – uma vez que nestas famílias, um em cada quatro jovens estava desempregado. O desemprego juvenil significa, neste caso, uma dificuldade adicional para a família tentar escapar da situação de pobreza.

Os jovens desempregados perfaziam cerca de 16% dos jovens pobres, os ocupados 46% e os inativos os 38% restantes, indicando que a inserção precária do jovem ainda representa um desafio sério a ser enfrentado. Por outro lado, uma parcela desses jovens pobres são chefes de família ou cônjuges, para os quais a condição de desemprego é um problema mais grave. Esses casos são mais comuns entre os jovens pobres de 21 a 24 anos, para os quais cerca de 14% dos desempregados eram chefes de família e 21% cônjuges, em 2005.

Com a melhora na geração de empregos na década atual, produziu-se uma maior pressão dos trabalhadores jovens sobre o mercado de trabalho nacional (em 2005, a taxa de participação no grupo de 16 e 17 anos aumentou um pouco, chegando a 47,5%; no grupo de 21 a 24 anos alcançou a expressiva marca de 80%), e foi nesse contexto que as taxas de desemprego juvenil se ampliaram. Assim, é importante analisar a qualidade dos postos de trabalho ocupados por eles e se houve melhora ou piora das ocupações, bem como identificar o perfil dos jovens com inserção mais precária no mercado de trabalho nacional.

2 A inserção do jovem no mercado de trabalho

Entre 2002 e 2005, ocorreram mudanças na composição da ocupação dos jovens, como indica a Tabela 1. Ampliou-se a participação relativa do emprego com *carteira assinada* – de 33,8% do total da ocupação em 2002 para 36,6% em 2005 (um aumento de 15,3% em 3 anos ou um crescimento médio anual de 4,9%, duas vezes mais acelerado que o da ocupação total). Ainda que outras posições na ocupação tenham apresentado taxas substantivamente mais elevadas de crescimento – como militar (9,5% a.a.), trabalhador na produção para o próprio consumo (9,4% a.a.) e mesmo empregador (9,1% a.a.) –, o aumento do emprego formal representou cerca de 80% do saldo positivo da ocupação dos jovens no período.

Tabela 1

Participação relativa de jovens de 16 a 24 anos, por faixa etária e posição na ocupação.
Brasil: 2002-2005

Posição na ocupação no trabalho principal da semana de referência para pessoas de 10 anos ou mais de idade	16 a 17 anos			18 a 20 anos			21 a 24 anos			16 a 24 anos		
	2002	2005	Taxa de Cresc. Médio Anual (%)	2002	2005	Taxa de Cresc. Médio Anual (%)	2002	2005	Taxa de Cresc. Médio Anual (%)	2002	2005	Taxa de Cresc. Médio Anual (%)
Empregado com carteira	12,9	14,1	3,4	32,0	33,8	2,9	41,0	44,3	6,0	33,8	36,6	4,9
Militar	-	-	-	0,9	1,3	11,3	0,6	0,7	7,6	0,6	0,8	9,5
Funcionário público estatutário	-	-	-	0,9	0,7	(7,9)	2,5	2,2	(0,6)	1,6	1,4	(1,9)
Outros empregados sem carteira	40,5	40,2	0,3	34,2	33,4	0,2	26,7	25,8	2,1	31,3	30,3	1,1
Trabalhador doméstico com carteira	0,5	0,3	(16,2)	1,1	0,7	(10,5)	1,6	1,4	(0,4)	1,2	1,0	(3,9)
Trabalhador doméstico sem carteira	10,5	9,4	(2,9)	7,5	6,6	(3,1)	5,8	5,2	(0,6)	7,1	6,3	(2,0)
Conta própria	7,1	7,2	0,9	8,8	8,6	0,1	12,0	10,8	(0,1)	10,2	9,6	0,0
Empregador	0,1	0,3	31,7	0,4	0,5	5,2	1,1	1,3	9,3	0,7	0,9	9,1
Trabalhador na produção para o próprio consumo	3,5	4,8	11,3	2,1	2,7	10,5	1,9	2,1	7,5	2,2	2,7	9,4
Trabalhador na construção para o próprio uso	0,3	0,3	7,0	0,1	0,1	(7,0)	0,1	0,1	(9,6)	0,1	0,1	(3,7)
Não-remunerado	24,6	23,5	(0,9)	12,0	11,7	0,2	6,8	6,1	(0,3)	11,2	10,4	(0,3)
Total de Ocupados	100,0	100,0	0,6	100,0	100,0	1,1	100,0	100,0	3,3	100,0	100,0	2,1

Fonte: PNAD/IBGE (2002, 2005). Elaboração dos autores.

Chama atenção a perda de participação (tanto relativa quanto em números absolutos) do trabalho doméstico, com e sem carteira, representando cerca de 70% do saldo negativo no período. Essa diminuição deve afetar principalmente as mulheres jovens oriundas de famílias com rendas mais baixas, pois se trata de uma ocupação predominantemente feminina e que está ligada à grande desigualdade de renda no País. Ainda que se observe perda de participação do emprego doméstico – com e sem carteira de trabalho – para todas as faixas etárias, foi no grupo com idade entre 16 e 20 anos que as perdas foram mais acentuadas. É provável que a diminuição do emprego doméstico se deva, por um lado, à maior presença da mulher adulta no mercado de trabalho e com grande peso na ocupação em serviço doméstico (o que pode estar limitando a entrada das mulheres mais jovens nesse segmento) e, por outro lado, ao fato de que as mulheres mais jovens, em função das mudanças culturais verificadas nos últimos anos, tenham optado por procurar outras opções de ocupação e não pelo serviço doméstico. Ambas são hipóteses plausíveis e podem ajudar a entender essa variação.

Observou-se uma diminuição dos ocupados sem remuneração e dos ocupados na construção para o próprio uso, mas se verificou um grande aumento entre os trabalhadores para o próprio consumo. Assim, praticamente ficou estável a participação das ocupações sem contrapartida monetária em cerca de 13% do total da ocupação juvenil.

Os jovens de 16 a 17 anos são aqueles que encontram maior dificuldade de inserção ocupacional. Enquanto a ocupação jovem cresceu a uma taxa de 2,1% a.a., a ocupação para os jovens nesse grupo etário teve um desempenho bastante inferior, com uma taxa média de crescimento anual de apenas 0,6%.

São também bastante afetados pelas formas mais precárias de inserção: em 2005, o trabalho sem carteira alcançava 50% do total das ocupações remuneradas; e as ocupações que não oferecem rendimento monetário (trabalho sem remuneração, trabalhador na produção para o próprio consumo e trabalhador na construção para uso próprio) chegavam a representar quase 30% do total dos ocupados de 16 a 17 anos.

Tabela 2

Participação relativa de jovens de 16 a 24 anos, por faixa etária e grupamentos de atividade.

Brasil: 2002-2005

Grupamentos de atividade principal do empreendimento do trabalho principal da semana de referência para pessoas de 10 anos ou mais de idade	16 a 17 anos			18 a 20 anos			21 a 24 anos			16 a 24 anos		
	2002	2005	Taxa de Cresc. Médio Anual (%)	2002	2005	Taxa de Cresc. Médio Anual (%)	2002	2005	Taxa de Cresc. Médio Anual (%)	2002	2005	Taxa de Cresc. Médio Anual (%)
Agrícola	29,8	30,1	0,9	19,1	19,9	2,4	15,4	14,8	1,9	18,8	18,7	1,9
Outras atividades industriais	0,4	0,4	4,4	0,5	0,5	4,7	0,7	0,8	9,6	0,6	0,7	7,7
Indústria de transformação	12,5	12,1	(0,3)	15,9	16,2	1,7	15,8	17,4	6,7	15,3	16,2	4,2
Construção	5,2	5,0	(1,1)	6,1	5,7	(1,2)	6,4	5,5	(1,8)	6,2	5,5	(1,5)
Comércio e reparação	21,0	22,5	2,8	22,6	23,5	2,4	21,2	22,5	5,3	21,7	22,8	3,9
Alojamento e alimentação	4,2	4,8	5,2	3,9	4,3	5,0	3,6	3,9	6,1	3,8	4,2	5,6
Transporte, armazenagem e comunicação	2,4	1,9	(6,6)	3,6	3,7	1,6	4,8	4,2	(1,3)	4,1	3,7	(0,8)
Administração pública	1,7	1,7	2,1	3,0	3,5	6,0	3,8	3,6	1,4	3,2	3,3	3,0
Educação, saúde e serviços sociais	3,7	3,6	(0,7)	5,8	5,1	(2,9)	8,3	7,8	0,9	6,8	6,3	(0,3)
Serviços domésticos	10,9	9,7	(3,4)	8,5	7,3	(3,9)	7,4	6,6	(0,6)	8,3	7,3	(2,3)
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	3,4	3,2	(1,2)	4,4	3,6	(6,1)	4,2	4,2	3,1	4,2	3,8	(0,6)
Outras atividades	4,4	4,6	2,0	6,2	6,4	1,6	8,2	8,5	4,8	7,0	7,3	3,6
Atividades mal definidas ou não declaradas	0,4	0,3	(4,0)	0,3	0,3	(4,6)	0,2	0,2	4,4	0,3	0,2	(0,6)
Total	100,0	100,0	0,6	100,0	100,0	1,1	100,0	100,0	3,3	100,0	100,0	2,1

Fonte: PNAD/IBGE (2002, 2005). Elaboração dos autores.

Outro aspecto importante diz respeito ao ramo de atividade. Em 2005, como indica a Tabela 2, cerca de 36% dos trabalhadores jovens estavam ocupados em atividades variadas de serviços, 23% no comércio, 19% na agricultura, 16% na indústria e 5,5% na construção civil. Dentre as atividades que tiveram taxas médias de crescimento anual superiores às taxas médias de crescimento da ocupação destacam-se as atividades ligadas à indústria de transformação e outras atividades industriais, assim como ao comércio e reparação, que juntos perfazem mais de 70% do saldo positivo total no período, sendo 30% para a indústria e 40% para atividades do comércio. O emprego agrícola, embora tenha grande participação relativa no total dos ocupados, teve sua ampliação associada principalmente ao aumento dos ocupados para o próprio consumo, com cerca de 112 mil dos 180 mil postos ampliados no período.

As maiores perdas (absolutas e relativas) deram-se nas ocupações tradicionais de jovens oriundos de famílias com baixa renda e com baixo grau de escolaridade, como o trabalho doméstico (principalmente feminino) e o trabalho na construção (tradicionalmente masculino) que juntos somam 80% do saldo negativo entre 2002 e 2005, ou cerca de 140 mil ocupações decrescidas.

Destaca-se também a ampliação relativa e absoluta das ocupações nos serviços de alojamento e alimentação, que crescem cerca de 17% no período e perfazem cerca de 10% do saldo positivo total. Esse tipo de serviço é bastante heterogêneo e contempla uma grande variedade de ocupações com diferentes graus de exigência de capacitação e escolaridade.

As atividades de comércio e reparação foram as mais receptivas para os jovens de 16 a 17 anos, ampliando sua participação de 21% para 22,5% e contribuindo com cerca de 50% do saldo de novas ocupações geradas para esse grupo no período. Chama atenção a perda de participação da indústria de transformação entre os mais jovens, que inclusive teve o total de ocupados reduzido entre 2002 e 2005, em oposição ao aumento observado para os demais grupos etários. As maiores perdas deram-se nos serviços domésticos e no setor de transportes, armazenagem e comunicação, que juntos perfazem 75% do saldo negativo do período.

Quanto aos jovens de 18 a 20 anos, o crescimento da ocupação no período teve taxa média anual de 1,1%. Para este grupo, o emprego com registro e o emprego sem carteira equivaliam a um terço do conjunto, cada um, em 2005. Claramente, apresentam uma situação ocupacional melhor do que a encontrada para jovens entre 16 e 17 anos.

Entre jovens de 18 a 20 anos nota-se que a ocupação na administração pública foi a que cresceu com taxas médias anuais mais elevadas (6% a.a.), seguida das ocupações em alojamento e alimentação. Contudo, em sentido contrário, serviços tradicionais fornecidos pelo Estado (educação, saúde e serviços sociais) foram responsáveis por diminuição absoluta de ocupações juvenis para esse grupo etário. Os serviços domésticos, outros serviços coletivos, sociais e pessoais juntos responderam por 70% do saldo negativo no período. Quando somados aos postos perdidos pelos serviços de educação, saúde e serviços sociais, chega-se a mais de 90% dos postos decrescidos no período.

Já os jovens com idade entre 21 e 24 anos foram aqueles cuja ocupação ampliou-se com maior dinamismo (3,3% a.a. entre 2002 e 2005). Este dinamismo corresponde a cerca de 80% da ampliação da ocupação de trabalhadores jovens no período, que foi de aproximadamente 1,08 milhão de ocupados (em torno de 865 mil novos ocupados tinham entre 21 e 24 anos).

A ampliação do emprego com carteira foi o grande responsável pela ampliação da ocupação total do jovem com idade entre 21 e 24 anos. Foram cerca de 660 mil novos empregos com carteira, que representam cerca de 75% do total de ocupados acrescidos entre 2002 e 2005 para esse grupo etário. Assim, o emprego formal alcançou 47,2%.

Os jovens raramente conseguem ocupações de direção ou que requerem maior formação profissional. Em sua grande maioria, espalham-se por ocupações manuais (no campo e nas cidades), de auxílio administrativo, de atendimento ao público. Na Tabela 3, nota-se que os trabalhadores da produção de bens e serviços e na reparação, que detinham a maior taxa de participação relativa em 2002 (23,4%), permanecem na primeira posição e ganham pouco mais de 1 ponto percentual (24,6%) em 2005, embora a taxa média de crescimento anual seja inferior à taxa média de crescimento da ocupação (1,7% contra 2,1% entre 2002 e 2005).

Percebe-se que as ocupações associadas a maiores níveis de escolaridade foram as que tiveram maior dinamismo. Por ordem decrescente das taxas de crescimento médio anual estão os dirigentes em geral (com taxas médias de 6,1% a.a.), seguidos pelos trabalhadores de serviços administrativos (4,6% a.a.), profissionais das ciências e das artes (4,0% a.a.), membros das forças armadas e auxiliares (3,8%) e, ainda acima da média geral, os vendedores e prestadores de serviço do comércio (2,6% a.a.). Destacam-se com grande peso na ampliação da ocupação jovem os trabalhadores de serviços administrativos (que passam de 13,2% do total dos ocupados em 2002 para 15,1%, em 2005) e também os vendedores e prestadores de serviços do comércio que perfaziam 12,5% do total dos ocupados e passam a representar 13,5% em 2005. Juntos, os dois grupamentos de ocupações representaram cerca de 40% da ampliação dos ocupados no período.

Tabela 3

Participação relativa de jovens de 16 a 24 anos, por faixa etária e grupamentos de ocupação.
Brasil: 2002-2005

Grupamentos ocupacionais do trabalho principal da semana de referência para pessoas de 10 anos ou mais de idade	16 a 17 anos			18 a 20 anos			21 a 24 anos			16 a 24 anos		
	2002	2005	Taxa de Cresc. Médio Anual (%)	2002	2005	Taxa de Cresc. Médio Anual (%)	2002	2005	Taxa de Cresc. Médio Anual (%)	2002	2005	Taxa de Cresc. Médio Anual (%)
Dirigentes em geral	0,4	0,5	6,7	1,0	1,0	(1,1)	2,3	2,7	8,0	1,6	1,8	6,1
Profissionais das ciências e das artes	1,5	1,4	(1,3)	2,7	2,4	(2,3)	4,6	4,9	5,5	3,5	3,6	3,1
Técnicos de nível médio	3,1	3,2	1,8	6,4	5,9	(1,9)	8,8	8,6	2,5	7,2	7,0	1,2
Trabalhadores de serviços administrativos	10,3	11,3	3,8	13,8	14,6	2,9	13,7	14,7	5,7	13,2	14,2	4,5
Trabalhadores dos serviços	20,4	19,8	(0,5)	18,4	18,0	0,3	18,0	17,6	2,5	18,5	18,1	1,3
Vendedores e prestadores de serviço do comércio	12,5	13,3	2,6	13,5	13,3	0,8	11,8	12,5	5,2	12,5	12,9	3,2
Trabalhadores agrícolas	29,6	30,4	1,4	19,1	20,2	2,9	15,4	14,9	2,3	18,8	18,9	2,3
Trabalhadores da produção de bens e serviços e de reparação	21,8	20,0	(2,3)	23,3	23,1	0,8	23,9	23,1	2,2	23,4	22,7	1,1
Membros das forças armadas e auxiliares	-	-	-	1,1	1,3	7,6	0,9	0,9	3,2	0,8	0,9	5,2
Ocupações mal definidas ou não declaradas	0,3	0,1	(25,8)	0,6	0,1	(47,8)	0,6	0,1	(43,0)	0,6	0,1	(42,5)
Total	100,0	100,0	0,6	100,0	100,0	1,1	100,0	100,0	3,3	100,0	100,0	2,1

Fonte: PNAD/IBGE (2002, 2005). Elaboração dos autores.

Na Tabela 4, nota-se que o nível de remuneração dos trabalhadores jovens é muito baixo: 83,5% ganhavam no máximo o equivalente a 2 salários mínimos, em 2005; e era bem pequena a parcela com rendimento superior a 5 salários mínimos. O rendimento médio dos que ganhavam até 1 s.m. (excluindo-se os jovens com renda zero) correspondia a 0,5 s.m., em 2005; ao passo que o rendimento médio dos que se

encontravam na faixa de mais de 1 a 2 s.m. correspondia a 1,26 s.m. – ou seja, há indicações de que o tipo de posto de trabalho ocupado por esses trabalhadores jovens é de baixa qualidade.

Tabela 4
Jovens de 16 a 24 anos por faixas de rendimento do trabalho principal
Brasil: 2002-2005

Faixas de Rendimento do Trabalho Principal em Salários Mínimos (set./2005)	2002			2005			Saldo	Variação da Renda	Taxa de Cresc. 2002/05 (%)	Taxa de Cresc. Médio Anual (%)
	Frequência	Part. Relat (%)	Renda Média	Frequência	Part. Relat (%)	Renda Média				
Até 1 sm	8.836.500	53,2	192,38	6.635.640	37,5	149,35	(2.200.860)	-22,4	-24,9	-9,1
De 1 a 2 sm	5.359.123	32,3	425,64	8.135.379	46,0	379,12	2.776.256	-10,9	51,8	14,9
De 2 a 5 sm	1.977.069	11,9	856,33	2.513.479	14,2	786,05	536.410	-8,2	27,1	8,3
De 5 a 10 sm	267.273	1,6	1.998,05	272.634	1,5	1.822,87	5.361	-8,8	2,0	0,7
Mais de 10 sm	168.383	1,0	4.288,67	138.401	0,8	4.520,14	(29.982)	5,4	-17,8	-6,3
Total	16.608.348	100,0	422,68	17.695.533	100,0	422,40	1.087.185	-0,1	6,5	2,1

Fonte: PNAD/IBGE (2002, 2005). Elaboração dos autores.

Nota: salário mínimo de setembro de 2005.

O salário mínimo funciona como um farol, especialmente para as remunerações na base da distribuição, seja no mercado formal ou no informal. O salário mínimo de setembro de 2002, corrigido pela inflação do período, equivalia a 87,5% do valor do salário mínimo de setembro de 2005. Como houve aumentos reais do salário mínimo entre os dois anos, poderia-se supor que a diminuição da proporção dos trabalhadores que recebiam até 1 s.m. no trabalho principal e o aumento da porcentagem na faixa imediatamente acima, entre 2002 e 2005, estivessem indicando uma melhoria do poder de compra dos rendimentos dos trabalhadores jovens. Contudo, não é isso que indica a Tabela 4. De fato, o rendimento médio dos trabalhadores jovens que recebiam até 1 s.m. caiu 22% no período analisado, ao passo que a dos que recebiam mais de 1 s.m. até 2 s.m. caiu 11% (apenas o rendimento médio dos jovens que recebiam mais de 10 s.m. apresentou elevação real).

3 A inserção dos jovens de famílias com renda média per capita até 1/2 salário mínimo

A condição de pobreza das famílias com membros entre 16 e 24 anos está em parte associada às altas taxas de desemprego de parcela substantiva desses jovens. Mas, em muitas situações, mesmo quando o jovem está inserido no mercado de trabalho, não consegue retirar a família dessa condição, em razão dos baixos rendimentos de parcela expressiva desses trabalhadores.

Houve uma diminuição absoluta (de 4,7 milhões para 4,6 milhões) dos jovens ocupados pertencentes a famílias pobres, entre 2002 e 2005. A elevação real do salário mínimo e as políticas de transferência de renda (incluindo a aposentadoria rural) podem ter favorecido a diminuição da pobreza (número de famílias com renda familiar *per capita* até 0,5 s.m.).

Como era esperado, em relação à posição na ocupação, esse grupo de jovens pobres caracteriza-se pela precariedade dos vínculos, com baixa participação do emprego formal (menos de 14% do total das ocupações em 2005). Empregado sem carteira, trabalhador doméstico e por conta-própria perfaziam cerca de 55% das ocupações, em 2005. Por outro lado, quase 1/3 das ocupações dos jovens pobres com idade entre 16 e 24 anos não tinham como contrapartida um rendimento monetário.

Tabela 5

Jovens de 16 a 24 anos de famílias com renda *per capita* até ½ salário mínimo, por faixa etária e posição na ocupação do trabalho principal. Brasil: 2002-2005

Posição na ocupação no trabalho principal da semana de referência para pessoas de 10 anos ou mais anos de idade	16 a 17 anos			18 a 20 anos			21 a 24 anos			16 a 24 anos		
	2002	2005	Taxa de Cresc. Médio Anual (%)	2002	2005	Taxa de Cresc. Médio Anual (%)	2002	2005	Taxa de Cresc. Médio Anual (%)	2002	2005	Taxa de Cresc. Médio Anual (%)
Empregado com carteira	2,3	2,9	5,7	10,3	9,6	(2,3)	18,4	18,8	0,4	12,2	12,4	(0,1)
Militar	-	-	-	0,2	0,6	36,4	0,0	0,2	63,1	0,1	0,3	41,4
Funcionário público estatutário	-	-	-	0,2	0,2	(1,5)	0,8	0,6	(9,5)	0,4	0,3	(7,3)
Outros empregados sem carteira	35,0	30,7	(6,5)	35,3	33,6	(1,5)	32,5	30,9	(1,8)	34,0	31,8	(2,7)
Trabalhador doméstico com carteira	0,2	0,1	(29,5)	0,5	0,5	(1,0)	1,2	1,1	(4,1)	0,7	0,7	(4,4)
Trabalhador doméstico sem carteira	12,8	10,7	(8,0)	11,3	10,7	(1,8)	9,9	9,9	(0,2)	11,0	10,3	(2,6)
Conta própria	7,1	7,7	0,5	11,6	10,9	(2,0)	15,9	15,6	(0,9)	12,5	12,4	(1,0)
Empregador	-	-	-	0,1	0,1	10,5	0,2	0,3	1,5	0,2	0,2	(0,5)
Trabalhador na produção para o próprio consumo	6,2	9,2	11,4	5,7	7,6	10,3	5,7	7,4	8,9	5,8	7,9	10,0
Trabalhador na construção para o próprio uso	0,2	0,1	(21,4)	0,1	0,1	(3,0)	0,3	0,2	(16,9)	0,2	0,1	(14,8)
Não-remunerado	36,1	38,5	(0,1)	24,6	26,0	2,0	15,0	15,1	(0,0)	22,8	23,7	0,7
Total	100,0	100,0	(2,3)	100,0	100,0	0,1	100,0	100,0	(0,2)	100,0	100,0	(0,6)

Fonte: PNAD/IBGE (2002, 2005). Elaboração dos autores.

Nota: salário mínimo de setembro de 2005.

Não houve ampliação da participação relativa do emprego com carteira de trabalho entre os jovens pobres, no período, mas houve redução no emprego sem carteira e variações no peso de outras posições na ocupação que denotam inserção informal e precária no mercado de trabalho. Na Tabela 5, nota-se que entre os com idade entre 16 e 17 anos diminuiu a relação de assalariamento e aumentou a proporção de ocupados na produção para consumo próprio e dos sem remuneração. Entre os jovens pobres de 21 a 24 anos, por sua vez, a distribuição se alterou pouco, com pequena redução dos empregados sem carteira assinada e aumento dos ocupados na produção para consumo próprio.

Como indica a Tabela 6, os principais ramos de atividade onde estavam ocupados os jovens pobres, em 2005, eram: agropecuária (onde caiu o número de ocupados), comércio e reparação (ficou estável), indústria de transformação (onde o aumento foi maior), serviços domésticos (pequena redução) e construção (também caiu). Metade dos com idade entre 16 e 17 anos, 44% dos com 18 a 20 anos e 39% dos que tinham entre 21 e 24 anos trabalhavam no ramo agrícola. Trata-se, em boa medida, de uma pobreza rural. Mas, há muitas ocupações precárias para jovens pobres que residem no meio urbano.

Tabela 6

Jovens de 16 a 24 anos de famílias com renda *per capita* até ½ salário mínimo por grupamento de atividade do trabalho principal.
Brasil: 2002-2005

Grupamentos de atividade principal do empreendimento do trabalho principal da semana de referência para pessoas de 10 anos ou mais de idade	16 a 17 anos			18 a 20 anos			21 a 24 anos			16 a 24 anos		
	2002	2005	Taxa de Cresc. Médio Anual (%)	2002	2005	Taxa de Cresc. Médio Anual (%)	2002	2005	Taxa de Cresc. Médio Anual (%)	2002	2005	Taxa de Cresc. Médio Anual (%)
Agrícola	49,8	51,1	(1,4)	44,6	44,4	(0,1)	39,0	39,0	(0,2)	43,2	43,4	(0,5)
Outras atividades industriais	0,5	0,4	(4,3)	0,5	0,6	3,9	0,5	0,5	(0,7)	0,5	0,5	0,3
Indústria de transformação	7,2	9,1	5,8	9,4	10,9	5,4	10,4	12,1	4,8	9,4	11,1	5,2
Construção	4,7	4,3	(5,1)	6,9	6,2	(3,4)	8,7	7,0	(7,1)	7,2	6,2	(5,6)
Comércio e reparação	13,7	12,9	(4,3)	13,7	13,9	0,4	13,9	14,9	2,2	13,8	14,1	0,2
Alojamento e alimentação	2,6	3,1	3,5	2,6	3,1	5,5	2,6	3,0	4,8	2,6	3,1	4,7
Transporte, armazenagem e comunicação	1,4	1,7	4,3	2,6	2,2	(5,5)	3,3	2,5	(8,9)	2,6	2,2	(6,1)
Administração pública	1,3	1,0	(11,1)	1,1	1,5	13,6	1,3	1,4	0,2	1,2	1,3	2,2
Educação, saúde e serviços sociais	2,2	1,7	(9,3)	1,8	1,9	2,5	3,2	2,3	(10,5)	2,5	2,1	(6,8)
Serviços domésticos	13,0	10,8	(8,2)	11,8	11,2	(1,8)	11,1	11,0	(0,6)	11,8	11,0	(2,7)
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	2,2	2,0	(5,1)	2,8	2,1	(9,1)	3,2	3,1	(1,6)	2,8	2,5	(4,5)
Outras atividades	1,0	1,4	9,2	1,6	1,4	(4,3)	2,4	2,6	3,2	1,8	2,0	1,9
Atividades mal definidas ou não declaradas	0,4	0,3	(11,1)	0,5	0,5	3,8	0,3	0,6	19,4	0,4	0,5	7,5
Total	100,0	100,0	(2,3)	100,0	100,0	0,1	100,0	100,0	(0,2)	100,0	100,0	(0,6)

Fonte: PNAD/IBGE (2002, 2005). Elaboração dos autores.

Nota: salário mínimo de setembro de 2005.

A predominância quase absoluta dos baixos salários – quase 100% desses jovens recebiam até 2 salários mínimos e 75% recebiam até 1 s.m. (Tabela 7) – ajuda a explicar por que a condição de pobreza da família não é superada pela inserção precária do jovem. E confirma a hipótese de que a inserção do jovem pobre se caracteriza pela má qualidade dos postos de trabalho, pelo peso excessivo do trabalho sem remuneração e pelos baixos valores auferidos.

Tabela 7

Jovens de 16 a 24 anos de famílias com renda *per capita* até ½ salário mínimo por faixas de renda do trabalho principal (em s.m.)
Brasil: 2002-2005

Faixas de Rendimento do trabalho principal em Salários Mínimos (set. 2005)	2002		2005		Saldo	Taxa de cresc. 2002/05	Taxa de cresc. Médio anual (%)
	Freqüência	Part. Relat (%)	Freqüência	Part. Relat (%)			
Até 1 sm	4.194.144	88,0	3.502.460	74,7	(691.684)	-16,5	-5,8
De 1 a 2 sm	561.852	11,8	1.158.857	24,7	597.005	106,3	27,3
De 2 a 5 sm	12.564	0,3	26.141	0,6	13.577	108,1	27,7
Total	4.768.560	100,0	4.687.458	100,0	(81.102)	-1,7	-0,6

Fonte: PNAD/IBGE (2002, 2005). Elaboração dos autores.

Considerações finais

Na primeira metade da década atual, as taxas de desemprego para os jovens de 16 a 24 anos se ampliaram. De maneira evidente, foram mais afetados pelo aumento do desemprego os jovens com idade entre 16 e 17 anos e os jovens oriundos de famílias com renda média *per capita* até ½ salário mínimo. Por outro lado, como os jovens no grupo etário entre 21 e 24 anos têm certamente maior necessidade de trabalhar, convém insistir que o significado do desemprego (ou de uma inserção precária) é distinto conforme a idade da população trabalhadora “jovem”.

Num quadro de escassez estrutural de emprego e forte concorrência pelos postos de trabalho existentes, imagina-se que os jovens pertencentes a famílias com maior vulnerabilidade social sejam justamente aqueles com as maiores dificuldades de inserção. Como demonstrado, são de fato aqueles que se submetem às piores condições de trabalho e de remuneração.

Os dados sobre a inserção mostram claramente que para o grupo dos jovens com idade entre 16 e 17 anos a ocupação é marcada por alto grau de informalidade (mais da metade dos postos de trabalho) e grande peso do trabalho sem remuneração (30% do total das ocupações).

Também importa ressaltar que, ainda que tenha havido um crescimento numérico das ocupações com carteira assinada, elas se concentram no grupo de jovens com idade entre 21 e 24 anos, não sendo freqüentes nem entre os mais novos, nem entre os mais pobres.

A redução do trabalho doméstico e da ocupação na construção permite sugerir que os jovens estão tendo dificuldade de inserção em ramos de atividade tradicionais. Destaque-se que 39% dos trabalhadores de 16 a 24 anos estavam ocupados no comércio e reparação ou na indústria. Por outro lado, a situação do grupo de jovens pobres é bem distinta, com elevada participação da agricultura e do trabalho para o próprio consumo. Sem dúvida, a distinção entre meio rural e meio urbano (cidades razoavelmente estruturadas) poderia contribuir para caracterizar melhor a inserção ocupacional desta população jovem pertencente a famílias de menor renda.

Finalmente, deve-se reconhecer que houve uma pequena diminuição (relativa e absoluta) do total de jovens pobres ocupados, mas permanece havendo um contingente muito grande de pessoas nessa situação. E é verdade que aqueles que estavam nessa condição desfavorável obtiveram uma pequena melhora salarial, entre 2002 e 2005, mas ainda insuficiente para tirá-los daquela situação muito vulnerável. É possível argumentar, portanto, que a luta pela redução da pobreza deve passar não somente pela diminuição das taxas de desemprego (que afetam com maior intensidade as famílias pobres), mas também pela qualidade da inserção e do padrão de remuneração das ocupações a que os jovens pobres têm acesso.

Referências bibliográficas

- BALTAR, P.; KREIN, J. D.; MORETTO, A. O emprego formal nos anos recentes. *Carta Social e do Trabalho*, Cesit, Instituto de Economia, Unicamp, n. 3, jan./abr. 2006. Disponível em: http://www.eco.unicamp.br/cesit/boletim/Versao_Integral7.pdf
- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO – OIT. *Desemprego juvenil no Brasil: em busca de opções à luz de algumas experiências internacionais*. Brasília, 2001.
- POCHMANN, M. Qualidade das ocupações no Brasil. *Carta Social e do Trabalho*, Cesit, Instituto de Economia, Unicamp, n. 3, jan./abr. 2006. Disponível em: http://www.eco.unicamp.br/cesit/boletim/Versao_Integral7.pdf

O AVANÇO DA CONTRATAÇÃO FLEXÍVEL

*José Dari Krein*¹

O presente artigo analisa a ampliação e diversificação das formas de contratação flexível no Brasil. Essas formas vêm crescendo a partir dos anos 90 e continuam expandindo-se recentemente, a despeito do pequeno crescimento do emprego formal. A flexibilização das formas de contratação se expressa em cinco modalidades distintas: 1) na facilidade de romper o contrato de emprego; 2) na ampliação dos contratos por tempo determinado; 3) no avanço da relação de emprego disfarçada; 4) na terceirização; 5) na informalidade. Muitas dessas formas de contratação são modalidades velhas que ganham nova roupagem e expressão no período recente, concorrendo com o contrato de emprego padrão.² Em geral, essas modalidades significam uma alternativa às implicações da relação de emprego padrão – com os seus conseqüentes direitos trabalhistas e previdenciários –, na perspectiva de reduzir os custos e/ou aumentar a liberdade do empregador na arregimentação e despedida dos trabalhadores, tornando o trabalho mais inseguro e instável.

1 A liberdade do empregador em despedir o empregado

A opção histórica do empregador no Brasil em romper de forma unilateral e injustificada o contrato de emprego possibilitou um alto fluxo de desligados e admitidos no Brasil.

O problema é a prevalência de um enorme fluxo presente no mercado de trabalho, como evidência das facilidades que o empregador tem de ajustar o nível de ocupação às suas demandas de acordo com o ciclo econômico e, mesmo no decorrer do ano, quando a natureza da atividade tem características sazonais. Segundo a RAIS praticamente um terço do total dos assalariados trocam de emprego no ano. Os dados da CAGED são ainda mais contundentes. Entre 1996 e 2005, o percentual de desligados com menos de 3 meses no emprego pulou de 17% para 20%, e o total com menos de um ano passou de 53% para 58%, no mesmo período. Os dados mostram que quase 2/3 dos desligados ficaram menos de um ano no emprego. No ano de 2005, foram admitidos 12,2 milhões e desligados 10,9 milhões (CAGED/MTE), em um estoque de 26,4 milhões de assalariados, fazendo com que o fluxo chegasse a 44%. De fato, impressiona o expressivo fluxo de uma parte considerável da força de trabalho, especialmente a localizada em segmentos que exigem menor nível de qualificação profissional e têm remunerações e benefícios mais baixos.

¹ Professor do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho (Cesit).

² As características principais das relações de trabalho predominantes no pós-guerra são: centralização das negociações; reconhecimento dos sindicatos; restrições à dispensa de pessoal, sub-contratação ou emprego de pessoal eventual; controle sindical sobre alocação das tarefas; formulação de políticas salariais de longo prazo com incorporação de parte dos ganhos de produtividade, jornada padrão de 8 horas; sistema de proteção em caso de doença, desemprego e velhice; e o desenvolvimento de políticas sociais que permitiam a elevação indireta dos salários (Krein, 2007).

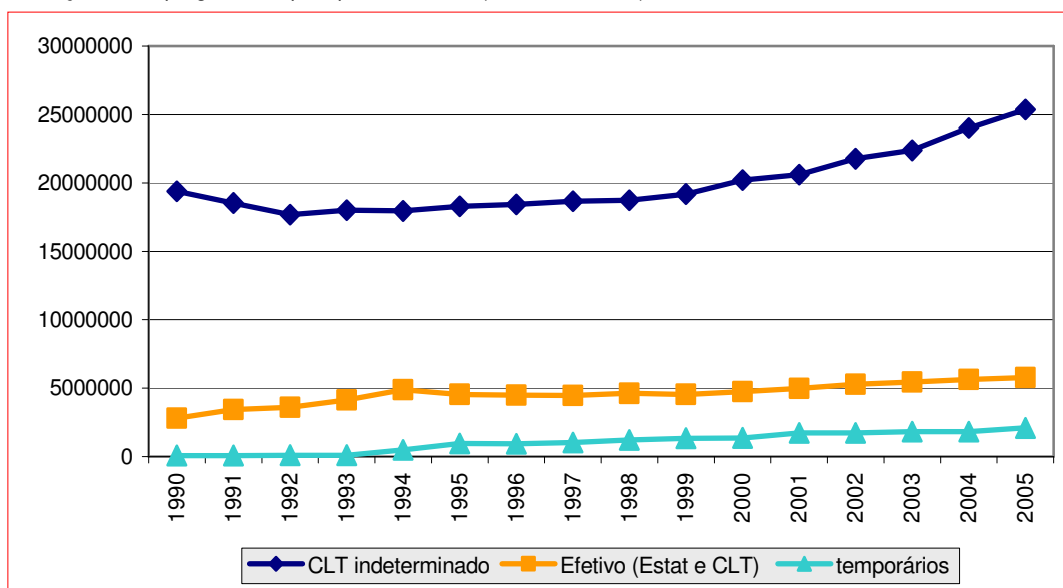
2 O avanço das formas atípicas de contratação³

A regra básica dos contratos individuais de trabalho é o prazo indeterminado. As novas formas de contratação *atípicas* têm como finalidade modificar o postulado do padrão anterior ou escapar de sua regulação, na perspectiva de reduzir os custos e ampliar a liberdade de o empregador contratar e despedir o assalariado. São tipos de contratos que permitem a adaptação das empresas às flutuações econômicas, dispensando compromissos permanentes e custos com os seus empregados. No Brasil há 11 modalidades de contratação atípicas, sendo que as principais são: funcionário público demissível, contrato temporário, safra, obra certa, prazo determinado, aprendiz, primeiro emprego.

Os contratos a termo têm algumas particularidades do ponto de vista dos direitos trabalhistas e da proteção social: 1) os contratados a termo não têm o direito das estabilidade provisórias (gestante, acidente de trabalho, doença profissional, CIPA e dirigente sindical); 2) não é devido o aviso prévio e, nas rescisões, o empregador fica desobrigado de pagar o adicional de 50% incidente sobre os depósitos ao FGTS; 3) o trabalhador não tem direito ao seguro-desemprego, pois este é destinado aos despedidos sem justa causa; 4) os temporários em geral não têm os benefícios do contrato coletivo e não recebem PLR; 5), o direito ao gozo das férias fica limitado e complicado; 6) o trabalhador tem maior dificuldade de assegurar o direito à aposentadoria por tempo de contribuição, dada a volatilidade da relação. *A priori*, por ter uma tela menor de direitos e proteções, o contratado por qualquer uma dessas modalidades apresenta uma situação inferiorizada no mercado de trabalho, sendo, portanto, um emprego mais precário.

Gráfico 1

Evolução do emprego formal por tipo de contrato (ativos e inativos) - Brasil



Fonte: RAIS/TEM.

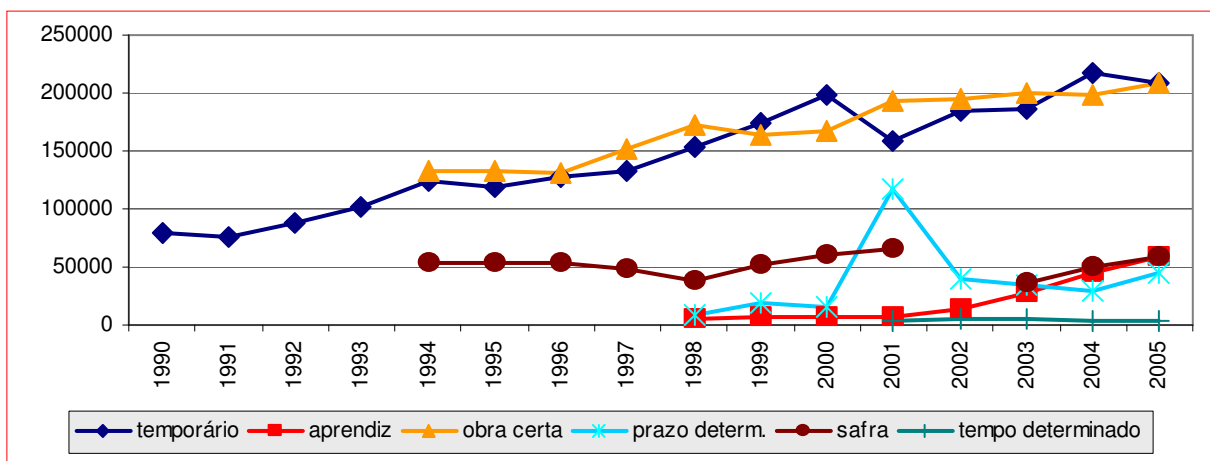
³ Formas de contratação *atípicas* não se confundem com os regimes especiais de trabalho, que sempre existiram, por exemplo, para mulheres, menores, aprendizes, portadores de deficiências, jogadores de futebol, portuários etc.

Em comparação com a experiência de outros países desenvolvidos⁴, as modalidades de contratação atípicas ainda são pouco expressivas no Brasil, com exceção do setor público, correspondendo a 5,9% dos empregos formais ativos⁵, em 2005⁶. Em números absolutos, há praticamente 2 milhões de empregados e funcionários públicos contratados por alguma modalidade de contratação atípica. Além disso, há outros 2 milhões de contratados não-ativos (dispensados durante o ano).

Mas o dado mais expressivo é o crescimento da contratação atípica, que foi de 158,6% entre 1995 e 2005⁷, número bem superior ao do contrato por prazo indeterminado (38,8%). Na década de 90, o crescimento do número de contratos por prazo indeterminado tem um saldo negativo (-1,1%). A retomada do emprego por prazo indeterminado ocorre somente após 1999, quando apresenta um crescimento de 32,3%. Nesse período de melhor desempenho do emprego formal, a contratação por prazo determinado cresce 71,4%, de acordo com a RAIS.⁸

Gráfico 2

A incidência dos contratos com prazo determinado (ativos) entre 1990-2005 - Brasil



Fonte: RAIS/TEM.

As modalidades atípicas mais expressivas são os servidores demissíveis para os ativos e o contrato temporário para os não-ativos, já que o fluxo é quase cinco vezes maior do que o estoque no final do ano. O fenômeno faz parte da própria natureza dessa forma de contratação, já que a sua duração é de, no máximo, 3 (três) meses, prorrogáveis para mais 3, com autorização do Ministério do Trabalho e Emprego.

⁴ Freyssinet (2006) mostra que, em 2004, a média na União Européia dos contratos por prazo determinado era de 13,6%. No seu cálculo está excluído o trabalho por tempo parcial. Conferir também em Pesquisa CESIT/MTE (2006).

⁵ Ativo refere-se aos contratos em vigor no dia 31 de dezembro de cada ano. Inativos são os contratados e dispensados no decorrer do ano, captando o fluxo dos contratos.

⁶ O número do estoque dos contratados por alguma modalidade atípica é de 1.948.237, em 31/12/05.

⁷ Os contratos não-ativos crescem no mesmo período 120%.

⁸ Uma análise do mercado de trabalho nos primeiros anos do século XXI pode ser encontrada na Carta Social nº 3. www.eco.unicamp.br/cesit.

As principais mudanças, introduzidas a partir dos anos 90, foram o contrato por prazo determinado, o parcial⁹ e o primeiro emprego, que objetivavam flexibilizar o processo de contratação como forma de enfrentar o crescente problema do desemprego, mas apresentou resultados pífios, como pode ser observado no Gráfico 2.

Os contratados de forma atípica, em geral, percebem salário e benefícios menores, vivem na insegurança e têm uma tela menor de proteção em relação aos demais trabalhadores. Elas estão mais presentes nas áreas mais ricas do país, nas grandes empresas e no setor de serviços. Ou seja, contribuem para acentuar a fragmentação e polarização social. Em algumas regiões e setores, a flexibilidade se expressa mais intensamente por meio da informalidade.

3 Terceirização e relações de trabalho

Apesar das dificuldades em mensurar a terceirização, com as pesquisas disponíveis, é possível afirmar que a ela é a principal forma de flexibilização da contratação, a partir dos anos 90, no Brasil.

A terceirização se manifesta de forma bastante distinta em diversos segmentos econômicos: desde a sub-contratação de uma rede de fornecedores com produção independente, passando pela contratação de empresas especializadas de prestação de serviços de apoio e pela alocação de trabalho temporário via agência de emprego, até a contratação de pessoa jurídica ou do autônomo nas áreas produtivas e essenciais da empresa, o trabalho domiciliar (que na maioria das vezes é informal), a organização de cooperativas de trabalho, o deslocamento de parte da produção ou setores para ex-empregados etc. O fenômeno tornou-se tão complexo que se estabelece a terceirização da terceirização: a terceirizada subcontrata parte do processo para outras empresas. Além disso, em alguns casos há o processo chamado de *quarteirização*.¹⁰

A terceirização, apesar de suas múltiplas formas de manifestação, tem como identidade de sua natureza a busca de redução de custos, a flexibilidade organizacional e a partilha dos riscos do negócio com outro agente econômico, como estratégia no enfrentamento de um cenário em que prevalece um capitalismo financeirizado e em que as empresas estão expostas a uma maior concorrência devido à desregulação da economia e ao baixo e instável crescimento do produto. Essas características, com algumas exceções, no caso brasileiro, permitem vincular a terceirização à flexibilização das relações de trabalho e à precarização.

A Tabela 1 mostra o crescimento expressivo no número de trabalhadores envolvidos nas atividades “terceirizáveis” entre 1994 e 2004, em que a representação passou de 5,6% para 7,4% do total de

⁹ O contrato a tempo parcial é muito expressivo na Europa. Nem sempre ele configura uma precarização do trabalho. A média de sua efetividade na União Européia é de 19,4%. Cf. Freyssinet, 2006.

¹⁰ A *quarteirização*, como bem define Sanches, “refere-se: ora à empresa intermediadora, aquela que se coloca entre a “empresa-mãe” e a empresa terceirizada, ou seja, aquela que gerencia os contratos com as prestadoras de serviços; ora trata de um desdobramento da terceirização, representada pelo momento em que a prestadora de serviços contratada pela “empresa-mãe” repassa para outra empresa, “cooperativa de trabalho” (trabalhadores “autônomos”) ou prestador de serviços individual (Pessoa Jurídica- PJ), as atividades a serem realizadas” (Sanches, 2006:24).

empregos formais.¹¹ O número dos “terceirizados lícitos” é superior ao total dos contratados de forma atípica, tratados anteriormente.

Tabela 1 – Trabalhadores terceirizados, Brasil – 1994 e 2004

Informática	110.208	191.768
Atividades jurídicas, contábeis etc.	242.673	287.092
Serv.arquitetura e engenharia etc.	43.164	117.836
Publicidade	25.510	50.107
Vigilância	210.712	354.498
Limpeza e conservação	315.812	472.850
Aluguel de transportes	11336	19.306
Outros (*)	339435	831523
Total	1.298.850	2.327.731

Elaboração: Projeto Pesquisa CESIT/MTE,2006. Fonte: RAIS/MTE.

(*) Serviços de cobrança, decoração de vitrines, fotocópia, fotografia, despachantes, entre outros.

Outra pesquisa, realizada por Chahad (2001), com 2002 empresas no país, mostra que 56% delas declararam terceirizar alguma atividade, sendo maior a incidência no setor industrial. A mesma pesquisa revela que a terceirização é responsável por 71% das formas de contratação flexível.

Enfim, dada a lógica adquirida pela terceirização, apesar de suas múltiplas faces, esta constituiu-se em uma forma de flexibilização das relações de trabalho, ao permitir um rebaixamento nos salários, nas condições de trabalho e na segurança do trabalho, assim como ao promover a segmentação da representação sindical e ampliar a liberdade da empresa na alocação do trabalho.

4 Relação de emprego *disfarçada*

A relação de emprego disfarçada ocorre quando estão presentes as características do trabalho assalariado, mas a contratação da prestação do serviço é feita sem contemplar os direitos trabalhistas e previdenciários vinculados a ele. Ou seja, está contida uma relação de subordinação do trabalho, mas a forma de contratação não é dada por um contrato de trabalho regular.

As transformações recentes no mercado de trabalho estão obscurecendo as características clássicas usadas para identificar a inserção do trabalhador no processo de produção de bens e serviços. No cenário atual, muitas das ocupações que poderiam ser consideradas como auto-emprego e pequeno empresário constituíram-se, na realidade, em relação de emprego disfarçada. A relação é de subordinação a uma lógica mais geral de organização da produção (bens e serviços) e de acumulação de capital, sem que a parte contratada, independentemente do tipo de vínculo (PJ, autônomo ou terceirizado, estágio etc.), tenha autonomia na determinação de suas funções, ficando numa relação de dependência direta ou implícita a um

¹¹ Partindo da relação de atividades tipicamente “terceirizáveis” (limpeza, vigilância, auditoria, contabilidade, propaganda e assessoria jurídica), a tabela a seguir é uma tentativa de dimensionar a terceirização em nível nacional.

empregador, tanto pela regularidade da atividade quanto pela definição das atividades no tempo e no espaço, assim como pela forma de remuneração.

As transformações econômicas e tecnológicas permitiram a difusão da relação de emprego disfarçada nos dois pólos extremos do mercado de trabalho. Ou seja, é uma realidade que se afirma tanto para setores extremamente qualificados como para setores que desenvolvem atividades gerais sem maiores necessidades de qualificação profissional. Por exemplo, o trabalho de um médico está subordinado à lógica dos planos de saúde privados, em que os pagamentos são extremamente baixos, o ritmo de trabalho absurdamente intenso e a sua remuneração é definida pela quantidade de procedimentos que realiza. A forma de contratação predominante é o trabalho autônomo ou o cooperativado. “O médico é remunerado por sua eficiência financeira, ao contratar ou recusar contratar determinados serviços, exames etc, e não por sua efetiva capacidade de melhorar a saúde do paciente” (Dowbor, 2002, p. 44). Um segundo exemplo: os jornalistas são, cada vez mais, contratados como *free lance* ou PJ, tendo contrato comercial inclusive os que têm a sua imagem veiculada publicamente. Ou seja, impera a insegurança na ocupação e sua remuneração depende das matérias que realiza. No outro extremo, assistiu-se à difusão de cooperativas como forma de burlar a legislação em segmentos com pequena necessidade de qualificação profissional, tais como a agricultura e a indústria têxtil e de confecção.

Pode-se dizer que as formas de contratação características da relação de emprego disfarçada apresentaram crescimento a partir dos anos 90, apesar da dificuldade de mensurar a sua real incidência no mercado de trabalho pelas estatísticas disponíveis. As que se destacaram foram: PJ, cooperativas, autônomos e trabalho estágio. Por exemplo, o trabalho estágio, considerando somente os dados da CIEE (Centro Integração Escola Empresa), cresceu 340% entre 1994 e 2004. De acordo com a RAIS, o número de empresas sem empregado cresceu 40% após 1995, representando um universo de 4,1 milhões de “patrões” de si mesmo, em 2005. A sua importância pode ser observada também no embate, em 2007, entre as centrais sindicais, governo e segmentos empresariais em torno da chamada Emenda 3, que na prática estimularia a proliferação da contratação como empresa em substituição ao de empregado.

Considerando o conjunto das possibilidades, pode-se observar o avanço do processo de flexibilização do trabalho. Como síntese, a evidência desse avanço fica cristalina na Tabela 2, contendo a evolução e a expressão da contratação flexibilizada (sem carteira, autônomo para uma empresa e terceirizados) em 6 importantes regiões metropolitanas pesquisadas pelo DIEESE. No conceito abordado na tabela, estão excluídos da definição os contratos atípicos, os funcionários públicos demissíveis (que são formais) e o trabalho estágio. O dado mais significativo é o crescimento da contratação flexibilizada em todas as regiões. O caso mais notório é São Paulo, que passa de 20,9%, em 1989, para 35,6%, em 2004; portanto, quase dobrando. O crescimento é menos intenso nas duas regiões metropolitanas do Nordeste, pois os dados de referência são mais recentes e, essencialmente, já apresentam um mercado de trabalho com índice altíssimo de contratação flexibilizada. Os dados indicam que as regiões metropolitanas das áreas tidas como mais desenvolvidas economicamente é que começam a se equiparar às do Nordeste. Ou seja, do ponto de vista da flexibilização na contratação, vai ocorrendo uma homogeneização perversa, onde a maioria das áreas pesquisadas apresenta em torno de um terço (30%) dos assalariados (diretos ou disfarçados) sob uma condição de contrato precário.

Tabela 2

Distribuição dos postos de trabalho gerados por empresa, segundo formas de contratação. Regiões Metropolitanas, 1989, 1999 e 2004

Forma de contratação	São Paulo			Porto Alegre			Belo Horizonte		
	1989	1999	2004	1993	1999	2004	1996	1999	2004
Assalariados diretos									
Contratação padrão	79,1	66,9	64,4	82,2	75,2	73,6	74,2	72,8	71,3
com carteira – setor privado	67,4	56,0	54,1	62,6	59,5	58,4	55,5	55,3	56,2
com carteira – setor público	6,3	3,7	3,4	9,6	5,5	5,0	6,6	5,4	2,9
Estatutário	5,4	7,2	6,9	10,0	10,2	10,2	12,2	11,2	12,2
Contratação flexibilizada	20,9	33,1	35,6	17,8	24,8	26,4	25,8	27,4	28,7
Sem carteira – setor privado	11,6	17,9	19,0	9,7	12,3	13,4	14,6	14,5	14,5
Sem carteira – setor público	0,9	1,7	1,9	1,4	2,2	2,9	1,8	2,2	3,8
Assalariados terceirizados	2,4	4,0	4,9	1,6	4,4	5,0	4,4	5,2	5,1
Autônomos para uma empresa	6,0	9,5	9,7	5,1	5,9	5,1	5,0	5,6	5,4
Assalariados indiretos									
Forma de contratação	Recife			Salvador			Distrito Federal		
	1998	1999	2004	1997	1999	2004	1992	1999	2004
Assalariados diretos									
Contratação padrão	64,2	64,2	62,6	65,5	64,6	64,4	77,8	93,6	69,0
com carteira – setor privado	44,1	45,0	45,9	42,9	43,8	45,7	33,8	34,4	37,1
com carteira – setor público	7,1	6,8	5,8	9,9	5,2	3,7	15,1	5,7	4,4
Estatutário	13,0	12,4	11,0	13,0	15,6	15,0	28,8	33,5	27,5
Contratação flexibilizada	35,8	35,8	37,4	34,2	35,4	35,6	22,2	26,4	31,0
Sem carteira – setor privado	17,3	17,7	17,2	17,0	17,0	17,2	10,6	11,2	10,9
Sem carteira – setor público	3,4	2,9	4,5	3,9	3,8	3,1	1,1	3,5	3,6
Assalariados terceirizados	5,7	5,0	6,4	7,0	8,2	9,8	6,0	8,1	11,3
Autônomos para uma empresa	9,4	10,2	9,3	6,4	6,3	5,5	4,5	3,5	5,2

Fonte: DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED. Elaboração: Dieese.

O crescimento dessas modalidades, no entanto, não foi mais intenso porque houve uma contraposição das instituições públicas que atuam no mercado de trabalho denunciando a sua prática como forma de burlar a legislação em vigor. No caso das cooperativas de mão-de-obra, o crescimento perde fôlego a partir de 2002, devido às constantes denúncias das *coopergratos*, levando à aplicação de multas e à condenação da prática na Justiça do Trabalho. Mesmo assim, caminha-se para a legitimação desta modalidade, ao regulamentar a cobertura previdenciária e ao ‘delimitar’ o espaço de sua atuação. Outro exemplo é o trabalho-estágio, que, apesar de sofrer inúmeros processos de contestação pelo MPT e pela fiscalização do MTE e de condenação pela Justiça do Trabalho continua em trajetória de crescimento. As instituições de ensino que têm preocupação com a formação dos alunos também colocaram limites para o exercício do estágio, mas não conseguem resolver o problema e alimentam conflitos com os alunos, denominados de *escravários*.

Enfim, a diversificação das formas de contratação é compatível com a “desordem econômica” atual, em que há “pouca capacidade regulatória para resistir aos desafios crescentes dos mercados de produtos [bens e serviços], financeiros, de câmbio e de capitais” (Pochmann, 2003: 22). Com isso, as

mudanças vão acentuando certas características históricas do mercado de trabalho brasileiro: a segmentação, a heterogeneidade, o excedente estrutural da força de trabalho e o estabelecimento de uma concorrência predatória entre as pessoas ocupadas ou que buscam ocupação.

Referências bibliográficas

BALTAR, P.; MORETTO, A.; KREIN, J. D. O emprego formal no Brasil: início do século XXI. In: KREIN, J. D. et al. *As mudanças no mundo do trabalho e os direitos dos trabalhadores*. São Paulo: LTr / Campinas: Cesit / EMATRA, 2006.

CESIT/MTE. *Relações de trabalho: Brasil e experiências internacionais*. Relatório de Pesquisa apresentado pelo CESIT como produto do convênio CESIT/MTE. Campinas / Brasília, 2006. Mimeografado.

CHAHAD, J. P. Z. (Coord.). *Trabalho flexível e modalidades especiais de contrato de trabalho: evidências empíricas no caso brasileiro*. São Paulo: FIPE/MTE, 2001.

DOWBOR, L. *O que acontece com o trabalho?* São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2002.

FREYSSINET, J. Les trajectoires nationales vers la flexibilité du rapport salarial: le cas de la France dans le contexte de l'Union européenne. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL: NOVAS FORMAS DO TRABALHO E DO DESEMPREGO: Brasil, Japão e França numa perspectiva comparada. *Anais...* São Paulo: Cebrap e Faculdade de Sociologia/USP, 11 e 12 de setembro de 2006.

KREIN, J. D. *As tendências recentes na relação de emprego no Brasil: 1990 a 2005*. Tese (Doutoramento)–Unicamp, Instituto de Economia, Campinas, 2007.

POCHMANN, M. *Emprego industrial: o que há de novo no Brasil?* Campinas, 2003. Mimeografado.

SANCHES, A. T. *Terceirização e terceirizados no setor bancário: relações de emprego, condições de trabalho e ação sindical*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)–Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2006.